



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Juliana Felicidade Teixeira dos Santos

***A candidata, de Vera Duarte: a história de Cabo Verde relida pela ficção
feminina***

São Gonçalo

2022

Juliana Felicidade Teixeira dos Santos

A candidata, de Vera Duarte: a história de Cabo Verde relida pela ficção feminina



Dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof.^a Dra. Norma Sueli Rosa Lima

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S237
TESE

Santos, Juliana Felicidade Teixeira dos.
A candidata, de Vera Duarte : a história de Cabo Verde relida
pela ficção feminina / Juliana Felicidade Teixeira dos Santos.
– 2023.
83f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Norma Sueli Rosa Lima.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade
do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Duarte, Vera, 1952- – Teses. 2. Literatura cabo-verdiana –
Teses. 3. Pós-colonialismo na literatura – Teses. 4. Ficção – Teses.
I. Lima, Norma Sueli Rosa. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 – 6150

CDU 869.0(665.8)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Juliana Felicidade Teixeira dos Santos

A candidata, de Vera Duarte: a história de Cabo Verde relida pela ficção feminina

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários

Aprovada em 06 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Norma Sueli Rosa Lima (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Simone Caputo Gomes
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Universidade do Estado de Mato Grosso

São Gonçalo

2022

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha mãe Rosana e ao meu companheiro Deris por terem me dado forças para terminar a dissertação. Dedico também à professora Norma Lima que através do seu grupo de pesquisa me fez conhecer a literatura cabo-verdiana.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado forças para que eu pudesse continuar estudando durante a pandemia em meio a vários momentos conturbados da minha vida pessoal.

Gratidão à minha querida orientadora, Norma Sueli Rosa Lima, por me fazer conhecer a Literatura de Cabo Verde, que culminou na minha paixão pelo estudos cabo-verdianos. Agradeço pela dedicação, por todos os livros cedidos, por todas as orientações concedidas e pelas aulas enriquecedoras de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Agradeço imensamente à minha amada mãe Rosana Batista da Silva. Hoje eu não estou apenas realizando o meu sonho, mas a conquista dessa mulher que me deu a vida.

Agradeço a Deris Eduardo Spina, o meu amado companheiro, por ter me auxiliado em todos os sentidos no mestrado. Obrigada por todo o apoio emocional que tem me dado para que eu conclua essa dissertação.

Agradeço ao meu irmão Luan Matheus Teixeira dos Santos por me ensinar a olhar a vida com mais gentileza e felicidade. A sua forma de olhar o mundo, me faz acreditar que a educação é a maneira mais eficaz para mudar a nossa sociedade para melhor.

Agradeço ao meu pai, Nelson Teixeira dos Santos, que sempre esteve ao meu lado de sua maneira, diga-se de passagem, me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Agradeço, Luiz Otávio Maia, Ana Carolina Guimarães e a Aline Benvinda Bastos pela amizade e por serem meus parceiros do cotidiano e da vida acadêmica. Agradecimentos, em especial, para Luiz Otávio por ter me ajudado na correção dessa dissertação.

Agradeço aos amigos que fiz no PPLIN- Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística que foram fundamentais neste meu trajeto acadêmico. Obrigada pelas parcerias nas atividades acadêmicas durante e depois da pandemia. Particularmente, à Isabelle Lins Leite à Bárbara Duarte pelos momentos de escuta, de planejamento e amizade.

Agradeço ao professor Fernando Monteiro Barros Júnior, postumamente, por ter me apresentado a literatura Afro-brasileira e as teorias em torno da mesma e por propor em suas aulas análises profundas dos textos literários, que me fizeram amar os estudos literários.

Também quero agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística-PPLIN e a todos os professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.

RESUMO

SANTOS, Juliana Felicidade Teixeira. *A candidata, de Vera Duarte*: a história de Cabo Verde relida pela ficção feminina. 2022. 83f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Esta dissertação versa sobre a análise da obra *A candidata*, da escritora cabo-verdiana Vera Duarte (2012). Na presente pesquisa buscamos evidenciar que esse romance foi feito por meio de um discurso histórico-crítico, que foi capaz de resgatar a memória da participação das cabo-verdianas na guerra colonial. Por isso, pretendemos elucidar que a obra em questão descreve a luta por libertação por uma perspectiva decolonial, feminina e crioula. Essa escritora, ao retratar o período colonial e o processo de democratização de Cabo Verde, conseguiu investigar os caminhos e as sinuosidades menosprezadas ou ocultadas pela história oficial, já que ela teve a oportunidade de revisitar e reavaliar o passado, mostrando a opressão, o controle, a violência de uma ordem social que foi hierarquizada com atribuições marcantes para colonizadores e colonizados. Nesse trabalho, procuramos apresentar também que a educação foi uma das ferramentas que promoveu a disseminação de ideais independentistas na população cabo-verdiana, mesmo que o acesso ao ensino regular não fosse um direito de toda a população desse país. Por isso, Marina, tio Joaozinho, Pedro entre outros personagens do romance representam como a educação-crítica ensinada, mesmo que de forma clandestina, foi libertadora. Para sustentar as nossas teorias, trabalharemos com os textos de diferentes especialistas como Daniel Pereira (2011), Simone Caputo Gomes (2008), Paulo Freire (2019), Linda Hutcheon (1991), Norma Sueli Rosa Lima (2020) e outros.

Palavras-chave: Vera Duarte. Literatura cabo-verdiana. Romance. Pós-colonialismo. Feminino.

ABSTRACT

SANTOS, Juliana Felicidade Teixeira. *A candidata, by Vera Duarte: the history of Cape Verde's fight for independence reread through fiction*. 2022. 83f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

This dissertation discusses the analysis of the book *A Candidata*, by the Cape Verdean writer Vera Duarte (2012). In the present research, we seek to explain that this novel was written through a historical-critical discourse. Therefore, we intend to elucidate that the work in question describes the struggle for liberation from a decolonial, feminine, and Creole perspective. When portraying the colonial period and the democratization process of Cape Verde, the writer managed to investigate the paths and sinuosities overlooked or hidden by the official history as she had the opportunity to revisit and reevaluate the past, showing the oppression, control, and violence of a social order that was hierarchized with distinctive attributions for colonizers and colonized. In this work, we also seek to present that education was one of the tools that promoted the dissemination of independence ideals in the Cape Verdean population, even when access to regular education was not a right for the entire population of that country. Therefore, Marina, uncle Joaozinho, and Pedro, among other characters, represent how a critical education, even though clandestinely taught, was liberating. To support our theories, we will be based on texts by different specialists such as Daniel Pereira (2011), Simone Caputo Gomes (2008), Paulo Freire (2019), Linda Hutcheon (1991), Norma Sueli Rosa Lima (2020) and other.

Keywords: Vera Duarte. Cape verdean literature. Romance. Postcolonialism. Female.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	A candidata
CEI	Casa dos Estudantes do Império
LALP	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	A história de Cabo Verde relida pela ficção	15
1.1	Percurso de fundação e da formação cultural do arquipélago	35
1.2	O desenvolvimento da literatura cabo-verdiana	40
1.3	A questão da despedida: Hora Di Bai e suicídio	50
1.4	Lisboa como espaço de opressão e resistência	54
1.5	Representação da identidade crioula e a literatura cabo-verdiana	58
2	A guerra colonial e a participação das mulheres: a força de Marina	63
2.1	Fundação do PAIGC e Amílcar Cabral	67
2.2	Mulheres armadas contra a opressão	70
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como finalidade analisar a obra *A candidata*, de Vera Duarte (2012). O ponto central deste estudo é evidenciar que essa narrativa apresenta aspectos de um romance histórico pós-colonial, uma vez que o enredo foi construído com base em um fato verídico: a contribuição do PAIGC - *Partido Africano para a Independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde* na luta por libertação.

A obra apresenta a perspectiva de revisão histórica, uma vez que é um texto que procede como testemunho histórico sobre a guerra colonial por meio do ponto de vista da sociedade que foi subalternizada pelo colonialismo português.

Nos dois tópicos do primeiro capítulo, abordamos a relação entre história e literatura, as suas especificidades e semelhanças. Tendo como base os livros *Como se escreve a história* e *Foucault revoluciona a história*, de Paul Veyne (1998); a obra *História e Memória*, de Benedito Nunes (1988) e outros, sustentaremos a hipótese de que a narrativa histórica e a narrativa literária estão relacionadas em diversos níveis, porque ambas podem ser contadas na linguagem oral ou escrita e são narrativas de origem factual ou não realizadas por meio da imaginação, pela subjetividade do escritor.

Ainda em *AC* podemos notar uma característica muito forte das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa quando se trata do texto em prosa: a presença da oralidade. Esse é um traço bem explorado na obra, uma vez que esse é o primeiro contato que se tem com a cultura, sendo ela transmitida pelas mulheres às crianças, já que a figura feminina é – em uma sociedade marcada por pensamentos de cunho patriarcal e machista – a responsável pelo lar e pela educação dos filhos.

Questionamos o fato de a obra em análise ser encarada como um romance histórico tradicional; explicitamos, inicialmente, *AC* apresenta característica de um romance histórico pós-moderno (ou metaficção historiográfica) e para sustentar a nossa argumentação utilizaremos como suporte os livros *Teoria da Paródia* (1985) e a obra *Poética do Pós-modernismo: história, teoria e ficção*, de Linda Hutcheon (1991), entre outros teóricos.

A metaficção busca trazer a visão de diferentes grupos sobre um mesmo fato histórico e isso possibilita que o escritor revise um dado histórico que foi relatado com um ponto de vista excludente.

Esse é o caso do romance em análise, porque um dos seus objetivos é o de criar uma revisão sobre a história de independência de Cabo Verde, que obliterou a participação das

mulheres pelo PAIGC na guerra colonial. A escritora Vera Duarte trouxe uma obra que tinha por intuito ir contra o discurso do memoricídio efetuado sobre a participação das mulheres na construção das sociedades e na história da humanidade. De acordo com a monografia *Memoricídio: destruição dos livros e da biblioteca*, de Mirelly de Paula Sales (2016):

O memoricídio significa destruição da memória. No sentido literal da tradução da palavra pode ser algo como assassinato à memória. O memoricídio, consiste na eliminação de todo o patrimônio, seja ela tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado. (SALES, 2016, p. 37).

A definição do termo “memoricídio” é importante para entender o apagamento da participação feminina na luta colonial. Ele é realizado por aqueles que buscam eliminar qualquer tipo de recordação do passado para manipular as estruturas sociais no futuro. Eliminar a participação das cabo-verdianas na luta por libertação significa minar a importância das mulheres nessa sociedade para que elas permaneçam no lugar de subjugação e seja exaltado apenas o gênero oposto. Essa situação ocasiona o apagamento das mulheres como símbolo de resistência e gera um futuro no qual não é atribuído a elas o valor de libertadoras da sua nação.

Como já foi informado, esse pode ser um dos pontos de vista para entendermos o porquê do apagamento das mulheres na história da humanidade. Tendo como perspectiva a obra *La Creación del patriarcado*, de Gerda Lerner (1990), a metaficção é essencial para revisar o passado que é contado pelos documentos oficiais, já que tais dados foram catalogados por historiadores homens que compactuavam com a elite, que tinha por intuito controlar o sistema social por meio da exclusão das mulheres. Mas, por se tratar de um romance africano pós-independência, escrito por uma cabo-verdiana, entende-se que ocorre a perspectiva estética da nova história africana, que questiona a versão do passado contada pelo colonizador europeu.

Vale ressaltar que os romances pós-coloniais buscam criar obras que evidenciem a versão do africano para que seja reverberada uma história nacional que respeite a identidade crioula, em Cabo Verde, já que por muitos anos foi narrado o ponto de vista do opressor. Nessa dissertação, afirmamos que a obra em análise reverbera o conceito de cabo-verdianidade de forma mais crítica por se tratar de um romance que foi publicado após a independência, ou seja, sem o temor de ser censurado pelo governo colonial.

Ainda no primeiro capítulo dessa dissertação, discorreremos sobre a escrita feminina cabo-verdiana, tendo como principal expoente a escritora Vera Duarte. Magistrada e um ícone da escrita feminina em Cabo Verde, Duarte teve papel importante para o desnudamento da

participação das mulheres no processo de independência do arquipélago, tema principal do romance *AC*.

Nessa discussão também tecemos algumas considerações a respeito de precursoras de Duarte, como Orlanda Amarílis e de suas contemporâneas, como Dina Salústio e Fátima Bettencourt, entres outras. Como base para tais considerações, nos valem dos estudos empreendidos pelas doutoras Simone Caputo Gomes, que te têm dedicado e estudado a cultura e a literatura cabo-verdianas desde a década de 1970, e Norma Sueli Rosa Lima, que iniciou a sua pesquisa sobre a literatura de Cabo Verde a partir da década de 1990.

Já nos três últimos tópicos do primeiro capítulo, abordamos a questão da diáspora cabo-verdiana, que é realizada por diversos fatores nesse espaço insular, como clima, educação, situação econômica etc. Tendo como apoio a obra *Os filhos da terra do sol: formação do estado-nação em Cabo Verde*, de Leila Hernandez (2002), a emigração ocorre, sobretudo, por uma questão de sobrevivência para as famílias dessa sociedade, ou seja, não é uma ação espontânea. Por isso, as pessoas sentem o *hora di bai*, que, na língua cabo-verdiana, significa ter que partir criando uma ruptura dolorosa com a sua terra natal. Essa situação é apresentada nas páginas que iniciam o romance *A candidata*, quando a protagonista (Marina) está refletindo sobre a necessidade de partir para Lisboa com o intuito de permanecer estudando para se tornar assistente social e ajudar a sua sociedade em um futuro próximo. Por intermédio do livro *Das relações históricas de Cabo Verde/Brasil*, de Daniel Pereira (2011), tratamos ainda sobre a origem de Cabo Verde e como foi a colonização portuguesa nesse arquipélago com o objetivo de explicar o porquê de a imigração ser um movimento quase que natural para a população do arquipélago.

Também trabalhamos sobre um tema que engloba o romance do início ao fim: a concepção da educação na sociedade cabo-verdiana desempenhada pelo colonialismo português e a educação anticolonial desenvolvida na clandestinidade, tanto no território oprimido, quanto no espaço do opressor. Essa abordagem tem por objetivo demonstrar que a educação foi abordada na vida da protagonista por se tratar de um dos elementos-chave da luta por libertação empreendida por Amílcar Cabral, dirigente principal do PAIGC.

De acordo com a obra *Cabo Verde: Literatura em chão de cultura*, de Simone Caputo Gomes, publicada em 2008 pela Ateliê Editorial, “a libertação era, para Cabral, um ato de produção da história. Desta forma, os africanos recuperariam a condição de atores da História, de interventores sobre sua própria condição de vida.” (p. 80). Cabral buscava que a independência dos africanos fosse conquistada, e não cedida pelo colonizador, porque somente assim a libertação seria completa.

Segundo o texto *Como Amílcar Cabral inspirou a pedagogia de Paulo Freire*, de Curry Mallot (2021), Cabral acreditava que a luta por libertação não deveria ser apenas armada ou diplomática, com o intuito de retirar o poder do Estado português das colônias apenas no plano físico, mas também no plano simbólico, já que durante anos foram criados no imaginário da população valores de cunho eurocêntrico, que desvalorizavam a cultura e a identidade africanas. Tendo ainda como suporte a dissertação *Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde*, de Daniel Júlio Lopes Soares Cassama (2014), inicialmente, esses valores eurocêntricos foram passados para a colônia por meio da proibição de atividades culturais e religiosas dos povos colonizados, mas com a implementação da educação nas ilhas esses princípios foram difundidos de forma mais sistemática. Portanto, essa abordagem busca justificar o procedimento da autora para tratar sobre a educação anticolonial que está presente na vida da personagem principal em diferentes territórios e em diferentes épocas: Cabo Verde, Lisboa (Portugal), Estocolmo (Suécia), em Guiné-Conakri e nas zonas livres na Guiné-Bissau.

Ainda em consonância com o que se tratou anteriormente, evidencia-se o fato de Marina ter estudado em uma das escolas tradicionais de Cabo Verde, o Liceu da ilha de São Vicente, uma das poucas instituições de ensino que foi criada no início do século XX (HERNANDEZ, 2002). Isso significa que o romance utiliza o pacto da verossimilhança e da metaficção para criar uma obra que esclarece como era desenvolvido o sistema de ensino no período colonial em Cabo Verde. Essas e outras teorias sobre o ensino no sistema colonial serão desenvolvidas ao longo desse capítulo, tendo como suporte teórico os artigos *Estórias do Boi Blimundo, de Cabo Verde: Liberdade e Diversidade* (2019); *A crônica Crioula de Vera Duarte* (2022), de Norma Sueli Rosa Lima; a dissertação *A Casa dos Estudantes do Império (CEI) e a poesia nas lutas anticoloniais (1944-1965)*, de Matheus Henrique da Silva Lima (2019) e outros.

Demonstraremos também que Lisboa foi um ambiente em que Marina se desenvolveu melhor intelectualmente, porque teve acesso a textos feministas e que reforçavam a ideia de negritude, ajudando na construção de seu pensamento crítico. Ela também teve a oportunidade de conhecer pessoas de diferentes nacionalidades africanas que estavam lutando pela mesma causa: a derrubada do governo salazarista. Além disso, a personagem principal se inseriu em células clandestinas dentro e fora dos muros universitários, que a fizeram entrar de forma direta no PAIGC, dando a possibilidade dela atuar em Estocolmo, em Conakri e depois nas zonas livres da Guiné. Por meio dos caminhos percorridos por Marina, evidenciamos que ela seguiu os passos que a maioria dos intelectuais africanos trilharam para entrar na luta por libertação, mostrando que o pacto de verossimilhança foi utilizado para enaltecer o protagonismo das caboverdianas na luta por independência.

Ainda no primeiro capítulo, abordaremos um assunto que é extremamente caro a Cabo Verde, o orgulho de ser uma pátria crioula. Sendo assim, elucidaremos o porquê de essa sociedade ser tão unida, tendo como base o vocábulo *morabeza*, que define a amabilidade dessa população nas relações interpessoais. Esse princípio justifica a união desse povo que, apesar da repressão, lutou contra o colonialismo português. Outro importante ponto a ser esclarecido é que o fato de uma população ser crioula não a torna assimilada, *vide* o caso da sociedade cabo-verdiana, incessante nas lutas por independência.

Analisamos também o romance de forma mais profunda para evidenciar que Cabo Verde é uma sociedade crioula, que tem orgulho de ser multicultural, mas, infelizmente, durante anos, foi sustentada a noção de ser assimilada, ou seja, um corpo social que adotou a visão da cultura dominante. Contudo, tendo como suporte o texto *Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde*, de José Carlos Gomes Anjos (2003), elucidaremos que os intelectuais do arquipélago encaram a crioulação por uma perspectiva antropofágica, porque entendem que a população criou um movimento inconsciente que incorporou as culturas de origem europeia e africana. Esse caso é exemplificado em *AC*, quando Marina estava com o seu tio Joãozinho e ele exemplificou uma das práticas culturais que existia nas ilhas.

Além disso, trataremos sobre o racismo que Marina vivenciou em Lisboa, apesar de estar inserida em grupos que aceitavam a sua situação social de colonizada e que provavelmente compactuavam com a guerra colonial. Essa questão será abordada por revelar que em Cabo Verde a protagonista não vivenciou o racismo, pois estava inserida em uma sociedade que se concebe como crioula. Para defender a nossa tese, utilizamos, entre outros, o livro *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, de Manuel Ferreira (1977).

Partindo para o segundo capítulo da pesquisa, na introdução, abordaremos o quão importante é o primeiro romance de Vera Duarte, porque é uma obra que trata sobre a guerra colonial do ponto de vista de uma mulher cabo-verdiana. Segundo a obra *Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974)*, de Ângela Sofia Benoliel Coutinho (2020), afirma-se que houve uma tentativa de obscurecer a participação das mulheres na história após a independência, embora elas sempre tivessem participado da construção da sociedade cabo-verdiana.

Para Norma Lima (2022), autora do texto *Desassossegos & acalantos: os microcontos de Vera Duarte* (que compõe parte do livro *Rotas das Literaturas africanas de língua portuguesa*) há outras maneiras de, ainda hoje, a literatura cabo-verdiana de escrita feminina assumir importantes papéis na sociedade do Arquipélago, como ocorre com Duarte. Segundo Lima, a literatura da cabo-verdiana assume um caráter ao mesmo tempo memorialístico e de

“crítica”, responsável e atenta às questões sociais que, ao serem transmitidas repetidamente, são reformuladas, recontadas e assim reinterpretadas.

O presente capítulo foi dividido em mais dois tópicos. O tópico 2.1 ficou denominado como “Fundação do PAIGC e Amílcar Cabral”, no qual tratamos sobre a criação do PAIGC e o porquê de Cabo Verde e Guiné se aliarem em um único partido para pôr fim ao jugo colonial português, além de evidenciarmos a importância de Amílcar Cabral, figura histórica que também faz parte do romance. Também expomos os caminhos que o PAIGC percorreu nos cenários nacional e internacional para conquistar a tão sonhada independência. Tais elucidações foram pautadas nos livros de alguns especialistas sobre o arquipélago, como no texto *Das relações históricas de Cabo Verde/Brasil*, de Daniel A. Pereira (2011) e a dissertação *Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde*, de Daniel Soares Cassama (2014), entre outros.

Já no item 2.2, o último tópico desse capítulo, chamado de “Mulheres armadas contra a opressão”, evidenciamos que a obra em análise busca criar uma revisão sobre a memória da guerra colonial com o objetivo de ir contra a tentativa de apagamento das mulheres da história de independência de Cabo Verde. Isso se deve ao fato de a escritora Vera Duarte ir contra o memoricídio que é praticado em relação à atuação das mulheres na história da humanidade. A escritora é uma grande ativista dos direitos femininos e entende a importância de valorizar o que as mulheres fizeram e fazem para transformar a sociedade em que estão inseridas. Com o objetivo de defender a tese de que o apagamento está relacionado aos valores do patriarcado, utilizamos o livro *La Creación del patriarcado*, de Gerda Lerner (1990). Além dessas questões, desenvolvemos, tendo como base o texto *Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974)*, da Benoliel Coutinho (2020), que o PAIGC criou quatro pontos de atuações bem precisos, não só no continente africano, como no europeu. Por intermédio disso, mostramos que a protagonista (Marina) percorreu os mesmos caminhos que os/as militantes do PAIGC para ajudar a conquistar a tão sonhada independência.

1 A HISTÓRIA DE CABO VERDE RELIDA PELA FICÇÃO

A partir da leitura de *AC*, pode-se perceber que a narrativa foi construída em perspectiva de testemunho histórico, ou seja, no intuito de relatar como se deu o processo de luta por libertação de Cabo Verde. A fundação do PAIGC em 1956 foi um marco para uma luta que iria eclodir nos anos 1960, encerrando-se em 1974 com a Revolução dos Cravos, levando à independência de Cabo Verde. Sendo assim, é possível perceber que essa obra foi desenhada em diálogo com a história de independência do arquipélago. Pretende-se evidenciar, nesse contexto, que a narração histórica e a narração literária possuem vários pontos de contatos e, também, de desencontros.

De acordo com o livro *História e Memória*, do historiador francês Jacques Le Goff (1990), a palavra “História” surgiu do grego antigo *historie*. Este termo é derivado “da raiz indoeuropéia *wid-*, *weid* 'ver'. Daí o sânscrito *vettas* 'testemunha' e o grego *histor* 'testemunha', no sentido de 'aquele que vê” (LE GOFF, 1990, p.13). Esta ideia da visão como perspectiva de conhecimento induz a concepção de que “*histor-* significa aquele que vê e ainda aquele que sabe” (LE GOFF, 1990, p.13).

Outra forma de se conceituar a história se baseia na teoria do arqueólogo e historiador francês Paul Veyne – autor do livro *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história* – quando esta pode ser constituída pela narração de um acontecimento verdadeiro ou falso, com base na realidade histórica ou simplesmente imaginária. Fundamentada em Veyne, essa última maneira de olhar para a história é a base dessa pesquisa, porque o romance é apresentado como uma narração de eventos passados e a ficção tem por viés a mimesis.

Para Veyne (1998), a história é, sobretudo, uma narrativa de eventos. A história, assim como o romance, organiza, seleciona e simplifica, fazendo com que um século caiba, metaforicamente, em uma página. Essa forma de resumir os eventos históricos em uma narrativa remete a um processo natural da memória humana, quando tentamos lembrar, resumir e reproduzir (entenda-se como “narrar”) o ocorrido nos nossos últimos dez anos de vida. Essa é uma tarefa árdua, uma vez que é impossível conseguir apreender tudo que aconteceu em um período histórico, mencionando todos os atores ali presentes.

Contudo, apenas a narração ficcional ou histórica é capaz de informar aos homens, independente do século, sobre os conflitos sociais e o modo de vida das civilizações. A história, que se origina da memória que a escrita transforma em documentos para as gerações, possui valor essencial para as sociedades porque trata das ações humanas.

No entanto, a história e a ficção não podem apreender todos os eventos acontecidos em um período, nem tudo é “digno” de ser documentado. O historiador escolhe o evento que vai ser narrado de acordo com a sua especificidade e não por sua originalidade, uma vez que é preciso haver uma pesquisa histórica para que não ocorra uma dispersão de singularidades, enquanto o narrador escolhe os eventos a serem representados conforme o que julga ser importante para a sociedade, ou seja, em relação ao poder de impacto exercido sobre as relações sociais de uma dada época.

Diante dessa informação, pode-se traçar um paralelo entre o historiador e o escritor, porque ambos selecionam para o seu texto acontecimentos pelo seu grau de relevância para seu corpo social. Cabe observar que os acontecimentos que são relevantes para os historiadores são diferentes dos que se mostram importantes para um escritor, principalmente para os autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Vera Duarte, autora contemporânea, revisitou um tema do passado, a guerra colonial, evento histórico que foi essencial para a Independência de seu país. Após a emancipação, ao se livrarem da ditadura e da situação social de colônias, os autores africanos de língua portuguesa puderam publicar sem a censura. O primeiro livro lançado individualmente por Duarte foi o de poesias (em que também havia textos em prosa), *Amanhã Amadruçada*, em 1993, quase vinte anos depois da independência de Cabo Verde.

Entendendo *AC* como literatura histórica, as escolhas desse enredo histórico podem ser percebidas como uma seleção feita pelos historiadores, na medida em que “os fatos possuem uma organização espontânea, que o historiador encontra pronta, uma vez escolhido o assunto que é inalterável” (VEYNE, 1998, p. 41). O esforço da escrita histórica consiste, especialmente, em redescobrir esta organização, que abrange implicações como saber as causas da guerra – nesse caso, a guerra colonial –, os objetivos desse conflito, os ideais dos militantes africanos e dos militares portugueses, o fim da guerra etc.

Em termos de ficção-histórica, *AC* retrata a visão da guerra pelo olhar de uma militante intelectual cabo-verdiana com intuito de visibilizar o papel das mulheres na luta por libertação. Pode-se perceber então que a ficção e a história dividem o mesmo campo de produção – são discursos que apresentam as atividades humanas. Para o filósofo e escritor brasileiro Benedito Nunes (1988), autor de *Narrativa histórica e Narrativa ficcional* (que compõe parte do livro *Narrativa: Ficção e História*, de Dirce Riedel), ambas possuem as mesmas origens: na linguagem, na imaginação, além de serem construções humanas. No plano da imaginação, as produções literárias e historiográficas não diferem. Essa distinção só ocorre quando a imaginação do historiador pretende ser “verdadeira”. Ainda que essa afirmação não seja aceita

por alguns historiadores e pesquisadores da Literatura, na percepção dos estudos das LALP, o romance histórico pretende testemunhar o renascimento das nações africanas.

O historiador busca conhecer o passado “real” a partir da pesquisa e da crítica dos documentos, contudo essa reconstrução do passado não é realizada “na íntegra”, porque, ainda de acordo com Nunes (1988), “aplicá-lo seria pressupor que o historiador reconstrói uma realidade original dada” (NUNES, 1988, p.33), algo que só pode ser feito de maneira análoga, ou seja, de caráter metafórico, o que é similar ao plano configurativo da narrativa. Ele esclarece que “não se pode conhecer o que já foi, através de documentos, senão solicitando da imaginação os seus recursos tropológicos” (NUNES, 1988, p.33).

A história e a ficção mostram-se similares na sua “genética”, porque ambas são criações ou recriações humanas, sujeitas à subjetividade de um escritor, que as converte em discurso. No entanto, ambas possuem especificidades, por exemplo, na história os dados empíricos (documentos), signos de um mundo que foi real, “remetem a acontecimentos passados, conhecidos por inferência, e que só se confirmam, fora de toda comprovação empírica, pela reconstrução desse mesmo mundo, enquanto a ficção os acontecimentos inventados, formando um mundo fictício, escapam a qualquer espécie de confirmação empírica” (NUNES, 1988, p. 12).

A narrativa literária, então, possui mais liberdade para transpor, recriar e reinventar eventos e personagens históricos, oferecendo-lhe novas interpretações. Por meio de romances históricos, pode-se observar que a ficção e a história fazem parte, de certo modo, do mesmo plano discursivo, mas somente a escrita literária cria uma intertextualidade paródica, ou seja, o escritor de um texto ficcional pode utilizar elementos históricos como forma de intertextualidade e a alterá-los de acordo com a necessidade da obra (paródia), reinventando por intermédio da imaginação.

De acordo com o texto *A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso*, da doutora Camila da Silva Alvarce (2009), a paródia tem uma natureza ideológica que, por meio da discursividade, opõe o real tomando a sua posição, isto é, fazendo-se passar por ele.

Essa situação é apresentada em *AC*, uma vez que Vera Duarte utiliza o discurso histórico de Cabo Verde sobre a guerra colonial para enfatizar uma nova releitura sobre esse período de independência no arquipélago. Essa obra opera por meio de uma variação sobre a realidade, reconstruindo “um outro sistema, a partir de uma ruptura com o sistema ideológico vigente, provocando o questionamento.” (ARAGÃO, 1980, p. 90 *apud* ALAVARCE, 2009, p. 59). Por

intermédio da paródia, *AC* conseguiu ressignificar a história de libertação de Cabo Verde, por retratar uma mulher como uma militante do PAIGC.

A paródia tem por intuito questionar e refletir a ideologia vigente, a forma que os acontecimentos históricos e sociais são passados na sociedade. Para Alvarce (2009), o escritor que utiliza a paródia entende a carência de novas versões sobre a “verdade” em seu meio cultural. Isso ocorre porque há um desgaste da ideologia dominante, gerando uma necessidade por algo novo que questione e problematize o passado.

De acordo com Hutcheon (1985), essa forma de tratar o literário não é realizada por meio de uma crítica rasa e superficial. Na verdade, o/a escritor/a consegue observar as lacunas históricas e literárias e propõe uma nova perspectiva por intermédio de um “canto paralelo”. Em *AC*, Vera Duarte busca investigar a história de independência de seu país para evidenciar o memoricídio feminino por meio de um “canto paralelo” que se opõe à ideologia vigente.

A fim de entendermos a diferença entre os dois gêneros de romance (histórico e metaficção), desenvolvemos alguns conceitos sobre eles: o romance histórico tradicional se popularizou no Romantismo com as obras de Walter Scott. Essa vertente narrativa se ampliou com rapidez pelas literaturas ocidentais e desde esse momento tem conseguido um número crescente de leitores e escritores. De acordo com a pesquisadora Rejane de Almeida Ribeiro, em sua dissertação de mestrado publicada em 2006 e intitulada *O pós-moderno e a relação entre literatura e Running Dog, de Don DeLillo*, tendo como base o intelectual húngaro György Lukács, essa forma narrativa segue alguns preceitos scottianos e apresenta perspectivas bastante singulares.

Ainda segundo a autora, uma das características fundamentais desse romance está na utilização de eventos históricos ou personagens verídicos para a constituição da obra. Essa forma de narrativa acontece sempre no passado, havendo uma reconstrução de um período histórico de modo preciso, com a presença de figuras históricas, mas que, geralmente, são personagens secundários, que ajudam a estabelecer o cenário de época; todos os personagens agem de acordo com a mentalidade de seu tempo.

Em relação ao pano de fundo, Ribeiro (2009) segue compreendendo que o enredo é constituído com personagens e fatos inventados pelo autor da obra quando as personalidades e episódios históricos são figurativos e não o centro da narrativa. No entanto, deve-se ressaltar que os romances históricos podem apresentar essas situações com maior ou menor grau de acordo com a vontade do autor.

Isso evidencia que a literatura histórica tradicional retrata o passado histórico como se fosse, de certo modo, um livro de história. Em tese, essa situação pode acontecer para que os

personagens e os eventos históricos não sejam alterados e, assim, “prevaleça” o pacto de manter a veracidade dos fatos ocorridos no passado; os personagens fictícios e, conseqüentemente, os fatos inventados sobre a vida deles não alteram o que aconteceu em um determinado período histórico. Ribeiro destaca ainda que

o tema é, geralmente, moralizante e heroico; escolha pela narração do passado em detrimento do presente e do futuro; as personagens dos romances históricos tradicionais representariam valores morais e éticos que, na maioria das vezes, são maneiras utilizadas pelo narrador como forma de criticar o presente (BUJNICKI, 1980 *apud* RIBEIRO, 2009, p. 77).

Apesar de *AC* debruçar-se sobre o período da guerra colonial (1961-1975), enquanto o coadjuvante (homenageado pela escritora) é Amílcar Cabral, uma figura histórica, e a protagonista é uma personagem fictícia, chamada Marina, que vivenciou e lutou pela independência de seu país que estava sob dominação de Portugal, a sua finalidade é de ressignificar a história, não de recontá-la, com ênfase, por exemplo, na figura humana do líder heroico Amílcar, e não apenas na de sua construção épica.

No entanto, essas características não bastam para designar *AC* como um romance histórico tradicional. Esse romance apresenta, de certo modo, essas particularidades, mas ele o faz de modo mais complexo. Por exemplo, em *AC*, a figura histórica de Cabral está sendo mencionada para ser homenageada e, assim, descrever as qualidades dele como dirigente do partido PAIGC. Por consequência, a obra o descreve como uma pessoa que nunca perdeu o seu lado humano e que incentivava as ações e pensamentos críticos de seus militantes. Além de ele ser um grande humanista, esse líder do PAIGC apresentava nos seus discursos e nas suas ações uma perspectiva feminista e decolonial, um posicionamento feminista que estava à frente do seu tempo. Graças ao caráter revolucionário desse líder partidário, há informações documentadas sobre as contribuições das mulheres cabo-verdianas na luta por libertação (COUTINHO, 2020).

Em *AC*, Marina é a heroína da narrativa, mas ela não foi representada de forma idealizada para poder explicar que as gerações passadas eram melhores do que as atuais. Essa personagem principal foi construída como uma mulher “comum”, que tem dúvidas sobre que caminhos a seguir na vida (atuar diretamente pelo PAIGC ou não), que sofre com as suas decisões (permanecer em um casamento desgastado ou pedir o divórcio), que ama, mas que também erra. Sendo assim, a narradora em terceira pessoa não a constrói como um indivíduo que possui convicções e moralidades inabaláveis; a protagonista é descrita de forma humanizada, diferentemente do que ocorre com a maioria dos romances históricos tradicionais.

Como foi abordado por Rejane de Almeida Ribeiro – na sua obra *O pós-moderno e a relação entre literatura e história em “Running Dog”, de Don Delillo (2009)* –, o centro do romance histórico tradicional é realizado por personagens e por fatos inventados, por mais que a obra esteja retratando um período histórico. Contudo, em *AC*, apesar de Marina ser uma personagem inventada e os fatos sobre a sua vida particular serem também de teor ficcional, há eventos históricos que realmente aconteceram com as mulheres cabo-verdianas sendo representados pela protagonista, como o fato de elas terem atuado na luta por libertação, pelo partido PAIGC, em diversos países.

No período em que Marina residiu em Lisboa, pode-se perceber que ela estava se dedicando não só aos estudos que se limitavam à sua carreira de assistente social; ela estava fascinada pela luta colonial e o novo universo intelectual e político em que estava inserida na semiclandestinidade. Ela “preparava os *meetings*, elaborava os textos revolucionários, traduzia, polia, copiava, distribuía, lia e fazia chegar às mãos dos outros, Mao, Lenine, Fanon” (DUARTE, 2012, p. 36), além de falar sobre “os movimentos cívicos estadunidenses, de Martin Luther King e do Maio de 68. Que conhecia Angela Davies, Cohn Bendit, falava da universidade de Berkeley, seguia o destino dos irmãos Jackson, a guerra do Vietname e as independências das colónias.” (DUARTE, 2012, p. 36)

E é neste clima de debate e organizações anticoloniais que a formação na CEI vai tomando um rumo diferente daqueles pretendidos pelo regime salazarista. Na CEI, mescla-se o anseio pelo “reconhecimento internacional no âmbito jurídico da legitimidade da luta armada e, por consequência, a criminalização do colonialismo” (VILLEN, 2013, p. 43 *apud* LIMA, 2019, p.12).

É indubitável, segundo a dissertação *Nações em trânsito em A árvore das palavras e A candidata: Moçambique - Cabo Verde*, da mestre Benevenuto (2010), Marina conviveu na CEI devido ao contato que teve com grupos de intelectuais africanos que lutavam pela revolução na colônia e em Portugal. A sua participação na CEI, possivelmente, a fez ter contato com Dauto, Guterres e os dois colegas cabo-verdianos que mantinham uma célula clandestina fora dos muros universitários. Ela se juntava a esses grupos para mostrar a sua insatisfação com o governo salazarista em Portugal e, principalmente, nas colônias. Assim como Pedro e os seus colegas que picharam o Liceu e outros lugares públicos em Mindelo, Marina e seus companheiros de luta picharam o centro de Lisboa.

Amanhã à noite iremos cobrir os Olivais, iremos três, eu, tu e Guterres”, disse-lhe Dauto, naquele dia à saída do anfiteatro onde, conforme combinado, ela fora ter com ele depois de uma aula. Fixaram pormenores, a hora e o local de encontro, os dizeres,

as zonas, os *sprays* a utilizar. No dia seguinte, *Lisboa acordaria colorida nos dizeres abaixo a guerra colonial, morte ao fascismo e viva o MRPP numa pintura vermelha e bonita onde palpitavam os sonhos de uma juventude, generosa, rebelde e sonhadora, cheia de boas intenções para o futuro da humanidade* (DUARTE, 2012, p. 37- grifos nossos).

Questionamos então o fato de *AC* identificar-se apenas como um romance histórico tradicional. Por isso, tecemos algumas explicações sobre o romance histórico pós-moderno (ou metaficção historiográfica), baseando-nos discursos de especialistas na área. Antes de nos aprofundarmos mais nessas discussões, porém, devemos entender quando se iniciou a pós-modernidade, tendo como fundamento a perspectiva do artigo *Postmodernidad y Latinoamerica*, de Afonso Toro (1991). A pós-modernidade na literatura surgiu nos EUA e em outros países na década de 1960 e vai até 1970 com trabalhos de Barth, Derrida, Stong, Venturi etc. Já a segunda etapa começa com os textos de Baudrillard, Bell, Jenks entre outros e se estende de 1970 a 1979, enquanto a terceira etapa se inicia mais ou menos em 1979 com Duras, Eco, J Márias, Baudrillard etc.

Para Toro (1991), a literatura pós-moderna possuía a tarefa de preencher os vazios entre os limites da literatura estabelecida como canônica e aquela considerada como marginal naquele período, para que não houvesse uma hierarquia nas concepções, mostrando assim que a pós-modernidade não estabelecia limites, mas ampliava os discursos literários sem visões totalizantes.

De acordo com Hutcheon (1991), no romance tradicional, segundo a visão de Lukács, os personagens principais deveriam ser um tipo, “uma síntese do geral e do particular, de toda as determinantes essências em termos sociais e humanos” (HUTCHEON, 1991, p. 151). O protagonista deveria ser idealizado com os aspectos positivos de uma sociedade. O personagem principal não poderia ser representado pelos ex-cêntricos, os marginalizados, as figuras periféricas da história ficcional. Já a metaficção historiográfica questiona a importância dos “tipos sociais”, criticando a visão estereotipada que se cria sobre o modo de ser e agir dos diferentes grupos sociais.

A metaficção historiográfica adota uma ideologia pós-moderna de pluralidade e reconhecimento da diferença; o "tipo" tem poucas funções, exceto como algo a ser atacado com ironia. Não existe nenhuma noção de universalidade cultural. Em sua reação história, pública ou privada, o protagonista de um romance pós-moderno como *O Livro de Daniel*, de Doctorow, é declaradamente específico, individual, condicionado cultural e familiarmente. A forma narrativa encena o fato de que Daniel não é um tipo de coisa alguma, não importa o quanto procuremos considerá-lo como representante da Nova Esquerda ou da causa de seus pais (HUTCHEON, 1991, p.151).

A literatura histórica tradicional utiliza os personagens inventados de forma idealizante¹, as figuras históricas de forma rasa e simbólica e os fatos históricos sem alterá-los, enquanto o escritor da metaficção historiográfica usa o passado como parte do enredo e não apenas como pano de fundo; essas obras pós-modernas buscam quase sempre diluir as fronteiras entre ficção e história, de acordo com o texto *Romance Histórico e pós-modernidade*, de Altamir Botoso (2010).

Pode-se observar que *AC* reinventa os eventos históricos de modo que há uma inserção do que poderia ter acontecido (como uma mulher ser convidada para se candidatar à presidência de Cabo Verde, alguns anos após a independência). Há uma paródia do fato histórico, porque os autores podem dissimular e distorcer o passado, como uma forma de reescrevê-lo. O escritor pós-moderno, então, apresenta uma maior dinamicidade do que o poeta de romance histórico tradicional.

Segundo Botoso (2010), a metaficção procura revisitar a história, investigar as suas omissões e suas lacunas como uma maneira de recriação dos signos presentes e latentes para que, dessa forma, forneça novas e inusitadas versões sobre o passado.

Especialmente crônicas e relações, exercitando-se em modalidades anacrônicas da escritura, no “pastiche”, a paródia e o grotesco, com a finalidade de “desconstruir” a história oficial. Do mesmo modo, recorreu com renovado interesse crítico a história colonial, o período da ilustração e a independência e, posteriormente, o século XIX até o ingresso na modernidade. O resultado traduziu-se numa proliferação de romances históricos [...] um gênero que havia caído em desuso (ANSÍIA, 1991, p. 82 *apud* BOTOSO, 2010, p. 42).

Observa-se que a metaficção historiográfica busca reescrever a história por meio da paródia, do pastiche e do grotesco com o objetivo de desconstruir e reler a história oficial. Essa ação é, também, uma forma de revisitar o passado de maneira mais dinâmica, sem pretender ser cem por cento verossímil.

Esse tipo de ficção partiu das crônicas até chegar à modernidade e à pós-modernidade, empregou grandes temas e personagens históricos desses períodos como material para a construção de suas narrativas, sendo que tais procedimentos acarretaram uma profusão e uma variedade enorme de romances históricos que começam a surgir, segundo Menton (1993), no final da década de 40 do século XX, prosseguem nas décadas seguintes, alcançam seu auge nas décadas de 70 e 80 e chegam até nossos dias (BOTOSO, 2010, p. 42).

¹ Isso acontece na história ocidental, já na africana é relativo.

Notam-se cada vez mais autônomos os romancistas em relação à fidelidade com os fatos históricos que narram, mas sem abdicar completamente da história. Os romances históricos tradicionais têm como seu pressuposto fazer uma investigação bastante detalhada do período histórico em que ocorre a narrativa – essa ação também é realizada pelos romancistas pós-modernos. O diferencial está no fato de esse escritor poder alterar alguns acontecimentos históricos, fundir personagens históricos e inventados, obtendo mais liberdade para narrar os fatos.

Segundo Ribeiro (2009), essa liberdade literária dos romances pós-modernos ocorre porque “os fatos não traduzem por si só o que existiu no passado, eles sempre aparecem permeados por um ponto de vista.” (RIBEIRO, 2009, p.79). Tendo essa perspectiva como fundamento, é necessário que se tenha a distinção entre os termos “fatos” e “acontecimentos”. Os acontecimentos são algo que aconteceu de verdade na história e não possuem sentidos por si mesmos, já os fatos adquirem sentidos ao serem narrados, moldam os acontecimentos para que, dessa forma, sejam representados no romance.

Há algumas especificidades que caracterizam o romance histórico pós-moderno que podem dialogar com *AC*. Para Ribeiro (2009), nos romances pós-modernos, os personagens principais ou que estão no centro do enredo podem ser figuras marginalizadas ou ex-cêntricas, porque demonstram a versão dos acontecimentos dos tipos históricos e sociais das grandes massas. Por exemplo, na obra da escritora cabo-verdiana, a protagonista é uma mulher crioula que luta para defender o seu país da opressão colonial portuguesa, que acerta e erra como qualquer ser humano, não sendo uma figura idealizada que faz parte da elite branca, além de existirem personagens que estão no centro da história que fazem parte da classe marginalizada, como Pedro (um estudante revolucionário do Liceu) e o professor Joãozinho (intelectual revolucionário e tio de Marina), entre outros.

Em consonância ainda com Ribeiro (2009), outra característica desses romances é “a instabilidade da focalização que mostra a precariedade do passado, facilitando o surgimento de múltiplas perspectivas, além de problematizar o conhecimento da história, favorecendo o surgimento de reflexões sobre questões dadas como certas” (RIBEIRO, 2009, p.79)”. Em *AC*, pode-se perceber que, apesar de o romance apresentar uma certa linearidade, a focalização sobre a narrativa é feita algumas vezes de forma psicológica, de acordo com as lembranças e perspectivas da protagonista devido aos *flashbacks*. Essa focalização cria uma nova perspectiva sobre o que aconteceu no passado de independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau. A protagonista, por ser uma militante, traz a história do grupo (feminino) que fez parte da história da guerra de libertação, mas cuja participação foi ocultada por alguma razão. Essa obra cabo-

verdiana promove uma nova perspectiva sobre a guerra colonial e seus militantes, isto é, ocorre uma revisão da história do passado sem ser feito por meio de uma perspectiva idealizante.

A história não pode ser encarada como única fonte de informação sobre os fatos passados. Assim, “a percepção crítica da História, proporcionada pelos romances históricos contemporâneos, pode contribuir para a formação da identidade do leitor que, conhecendo a História, poderá refleti-la por meio da Literatura, estendendo essa reflexão à análise da sua própria realidade.” (RIBEIRO, 2009, p. 80)

O romance histórico pós-moderno também busca a ideia de que tudo deve ser questionado. Essa forma de narrativa prega que esses livros não surgem para mostrar ou dar respostas prontas, e sim que nascem com o objetivo de problematizar tudo o que os romances históricos tradicionais e o senso comum estabeleceram como verdades universais. Segundo o texto *Romance histórico pós-colonial? A narração da presença portuguesa nos trópicos em desmundo*, de Ana Miranda, de Edvaldo Bergamo (2010), o romance histórico se afastou do acordo verista e o escritor pós-moderno não tem mais a vontade de mimetizar o universo externo e empírico, uma vez que esse autor quer construir um mundo sem se limitar ao pacto narrativo de veracidade do discurso histórico e de verossimilhança ficcional. Esse novo romance histórico não segue mais os seus pressupostos básicos, como a tentativa de representar o passado de modo “fiel”, não é mais exigido um relato linear e cronológico dos acontecimentos históricos e “não precisa mais seguir o enredo em estilo realista e naturalista”, dessa maneira, desconstruindo “a ideia de plena confiança do acesso restrito ao passado”. (p. 149)

Por não ser mais uma visão da classe burguesa sobre a história, o novo romance histórico busca expressar a voz daqueles que foram excluídos ou vencidos pela classe dominante, como uma forma de revisar a verdade veiculada pelo grupo que está no poder sobre a sua conquista diante dos povos explorados e massacrados.

Para Bergamo (2010), ao representar o período colonial, os escritores têm por objetivo investigar os caminhos e as sinuosidades menosprezadas ou ocultadas pela história oficial, já que possuem a oportunidade de revisitarem e reavaliarem o passado, mostrando a opressão, o controle, a violência de uma ordem social que foi hierarquizada com atribuições marcantes para colonizadores e colonizados.

Retomando como base Linda Hutcheon (1991), um dos princípios da metaficção historiográfica é criar uma releitura sobre a história nacional, analisar as suas ocultações e suas abstrações como um modo de recriar os signos presentes para trazer novas versões sobre o passado histórico oficial, e essa questão é apresentada em *AC*.

Segundo a autora, o escritor de uma obra metaficcional possui mais liberdade inventiva, podendo criar uma intertextualidade paródica. Tais releituras não desprezam veementemente as fontes históricas os romancistas simplesmente optam por uma ótica essencialmente paródica ou carnavalescas dos eventos.

No entanto, a paródia não apresenta necessariamente uma áurea burlesca que tem por objetivo criticar de forma cômica um determinado evento histórico ou literário. Para Hutcheon (1985), essa forma literária se configura mais como uma “voz” que apresenta de modo crítico e irônico as lacunas ideológicas da história, apontando um discurso que explicita a diferença ao invés da semelhança.

Atendendo ao âmbito de intenção e efeito muito para além da mera comédia ridicularizadora que defendi para a paródia de hoje em dia, seria muito difícil argumentar que o exagero, o subentendido ou qualquer outra estratégia retórica cômica seja uma constante (HUTCHEON, 1985, p. 37).

Ainda em consonância com Hutcheon (1985, p. 95), “O reconhecimento do mundo invertido exige ainda um conhecimento da ordem do mundo que inverte e, em certo sentido, incorpora”. Ou seja, o parodiador precisa entender a ordem que o mundo foi moldado para poder invertê-lo de modo irônico, ao mesmo tempo em que incorpora a ideologia vigente para criticá-la. O leitor também deve compreender o que está sendo mudado para entender a crítica histórica ou literária apresentada.

Isso significa que a paródia apresentada na metaficção provoca uma revisão crítica dos discursos históricos e literários. Durante o final do século XIX, o modo como se contava a história nacional (sempre a partir do ponto de vista europeu) passou a ser questionado com mais vigor pelas Literaturas de Língua Portuguesa² (PEREIRA; SILVA; LIMA; MOREIRA, 2017), uma vez que esses territórios estavam reivindicando o seu lugar de protagonismo sobre a sua história e tinham o objetivo de buscar uma mudança na maneira de pensar, agir e sentir a sua nacionalidade como uma forma de “descredibilizar” as narrativas realizadas pela metrópole, que apresentam, muitas vezes, um imaginário colonizador.

Ainda sobre a relação do arquipélago com a metrópole, é válido salientar que, de acordo com Carvalho (2018), em 1933 inicia-se com mais vigor uma ditadura em Portugal (de 1933 a 1974), que vai tirar a pequena autonomia que os governos coloniais detinham, já que os orçamentos das colônias passaram a ser aprovados pelo Estado Novo. Esse regime trouxe diferentes leis discriminatórias para as populações africanas (Moçambique, Guiné Bissau, São

² Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Tomé e Príncipe e Angola) que habitavam as colônias, por exemplo, em 1961, quando foi criado o “Estatuto do Indigenato”, que não considerava os “indígenas” como cidadãos portugueses. A população dos países mencionados era considerada sem cidadania e por isso era tratada, tecnicamente, como escrava. Esses “indígenas” deviam, ainda, pagar impostos e trabalhar alguns dias do ano nas lavouras de forma gratuita para os portugueses.

Exatamente por antepor menos entraves à ocidentalização, os cabo-verdianos não são incluídos no Código do Indigenato, ao mesmo tempo em que ocupam posições no segundo escalão da administração pública das demais províncias. Mesmo sob essas circunstâncias, que implicam o fato de estarem os cabo verdianos, a partir de 1914, situados numa condição de cidadania portuguesa, está se apresenta bastante restrita. O cabo-verdiano está limitado, de várias formas, na sua capacidade de organizar por si momentos em defesa de seus direitos (HERNANDEZ, 2002, p. 125).

Deve-se ressaltar que o colonialismo não permitia a liberdade aos povos dominados. Os colonos criaram uma violência institucional e simbólica, que foi naturalizada por todos, inclusive pelo oprimido (HERNANDEZ, 2002). A colonização reconfigura os modos de vidas existentes no território roubado. Esse sistema consegue mudar não só questões concretas do espaço, mas também imaginárias, sentimentais, o modo de ver o mundo devido às violências físicas e simbólicas (BOURDIEU, 1998)

Para se desvencilhar dessa opressão, é preciso uma organização política muito bem estruturada. Desde o final do século XIX, os cabo-verdianos começaram a trabalhar e manifestar o interesse pela independência, principalmente por ter havido a criação dos primeiros veículos de jornais. Por meio desse tipo de comunicação, foi “possível recuperar o clima de insatisfação que anima a luta ideológica até o começo do século XX” (HERNANDEZ, 2002, p. 120).

De acordo com Marcos Paulo Pereira, Natalí Fabiana Silva, Francisco Wellington Lima e Kássio Moreira (2017), em obra intitulada *Pós-colonialismo e literatura: Questões identitárias nos países africanos de língua oficial portuguesa*, esse posicionamento permaneceu no século XX com o intuito de tentar determinar e demonstrar a nacionalidade literária africana, na busca pela identidade. Para lograr esse desafio, estes países africanos procuraram “se inspirar em suas necessidades, nos seus influxos de consciências, na ‘cor local’”, incorporando costumes, sua identificação, suas bases de luta contra a escravização, sua nacionalidade, objetivando libertar-se do imaginário colonizador, fortalecendo o seu reconhecimento e sua afirmação identitária” (p.2) o que, no caso de Cabo Verde, conseqüentemente, resultou “em uma literatura mestiça, híbrida, preocupada com a expressividade, com a questão identitária, com o surgimento e a mistura de novos gêneros, com a tradição, com o surgimento e consolidação da voz feminina e

com a supranacionalidade” (p.2). Por meio de *AC*, houve uma reivindicação de um nacionalismo que fosse inclusivo em relação à participação das mulheres na guerra por libertação (p.47).

A *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* faz jus ao conceito de Sankofa quando fala sobre a tarefa dos escritores de textos pós-coloniais, pois “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu” (BARBOSA, 2013, p. 4), mais precisamente o que se foi obrigado a esquecer devido à dominação colonial. Essa filosofia da África Ocidental está em diálogo com uma visão diaspórica, que é reencontrar a sua origem-mãe, os seus saberes ancestrais dentro e fora do continente africano. “Sankofa ensina a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar.” (BARBOSA, 2013, p. 4)

Pode-se entender o porquê de a escritora Vera Duarte, mesmo estando na contemporaneidade, voltar o seu olhar para o passado colonial e para a luta por libertação de seu país. Ela buscava trazer o que foi renunciado para reivindicar, proclamar e, assim, reverberar o que foi ocultado pelo colonialismo e pelo patriarcado. Em *AC*, esse caráter revisionista fica evidente na organização do enredo e na construção dos personagens. Essa atitude questionadora é apresentada em *AC* tanto na sua estrutura quanto no seu conteúdo. Ele permite que o leitor entenda a contribuição das mulheres cabo-verdianas na guerra colonial, os posicionamentos e as convicções femininas sobre o que estava acontecendo naquela época. Assim, o leitor constrói uma interpretação própria sobre o que é narrado, ou seja, uma autoconsciência em relação aos processos envolvidos no processo de independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

AC prega sobre um dos maiores princípios do dirigente do partido, Amílcar Cabral, que reivindicava uma luta por independência que descolonizasse não só os territórios africanos, mas as mentes, já que por muitos anos o europeu doutrinou o povo africano, fazendo prevalecer a identidade e os saberes advindos da Europa, o que culminava em desvalorização e negação da cultura africana.

Essa obra contemporânea também trata, de forma contundente e ampla, sobre um dos princípios mais importantes do líder do PAIGC, Amílcar Cabral: a educação. Vera Duarte criou uma obra que enaltece a importância de uma educação libertadora, já que ela foi fundamental para que os africanos, de forma geral, entendessem a importância da guerra colonial e se juntassem à luta por independência. A educação é exposta como uma das maneiras que o sistema colonial utilizava para dominar a população cabo-verdiana. Nesse romance, a educação é vista por duas perspectivas: como uma ferramenta colonial e como uma arma cultural, que o PAIGC estimulava para (des)assimilar a população.

Durante o período colonial, a criação de escolas não era uma preocupação efetiva dos colonos portugueses. Mesmo após a independência, o país contava com número reduzido de instituições de ensino e o índice de analfabetismo era em torno de 70% (HERNANDEZ, 2002). O clero assumiu em 1525 o ensino básico que pode ser considerado elitista desde sua gênese. O ensino laico somente foi criado em 21 de janeiro de 1770, ou seja, quase duzentos anos depois, com

a nomeação de um “mestre de gramática para Santiago”. Em 1773. Requisita-se que seja designado um mestre de leitura, escuta e latim, e apenas em 1817 é criada a primeira escola primária oficial em Praia que poucos anos depois fecha, para reabrir em 1840 (HERNANDEZ, 2002, p. 100).

De acordo com Hernandez, apenas nos séculos XIX e XX foram instituídas escolas na ilha de São Nicolau e São Vicente respectivamente. A primeira instituição foi criada em 1869 com o Seminário de São Nicolau com o objetivo de fazer uma política mais ampla da Metrópole, “formalizada em 30 de novembro de 1869, com a Reforma do Ensino de Ultramar” (p. 100). Somente em 1912 foi construído o Liceu D. Henrique, na ilha de São Vicente.

Ainda sobre a educação no período colonial, de acordo com o texto *Análise do sistema educativo cabo-verdiano no período colonial (dos meados do século XVI aos meados do século XX antes da independência)*, de José Eduardo Garcia dos Santos (2017), em Cabo Verde muitos dos professores não eram qualificados e aqueles que eram competentes não eram pagos de forma adequada pelo seu trabalho. Os conteúdos que eram ensinados na escola não condiziam com as realidades sociais do país, porque era ensinado sobre a história e o governo Metrópole, além de as aulas serem ministradas em português, um idioma que os alunos não usavam cotidianamente.

Isso significa que o ensino básico não tinha relação com a vida dos estudantes cabo-verdianos. Esse ensino se pautava em passar apenas os valores da cultura portuguesa. Tendo como base Cassama (2014), revela-se que “os livros escolares refletiam tais propósitos, onde o aluno africano tinha que aprender tudo sobre Portugal e a sua população, e quase nada sobre os seus países e o continente africano” (p.26). Esse quadro que apresenta a doutrinação do sistema de ensino é refletido pela protagonista de *AC*, Marina, quando ela observa ser uma das poucas alunas que conhece sobre as revoltas que aconteciam no arquipélago e sobre os “jornais que criticavam a mordaz situação das ilhas” (DUARTE, 2012, p. 24).

Ela reconhece, ainda, que teve o privilégio de estudar e ser bem-sucedida na sua carreira, por entender que o acesso à educação no seu país, por muitos anos, foi pensado e “permitido”

apenas para as classes mais abastadas da sociedade e para os homens, como já citado anteriormente nesta dissertação. Corroborando a percepção de Marina tem-se o pensamento de Moura (2016), que afirma: “durante todo o período colonial, o sistema educativo em Cabo Verde teve uma característica excessivamente seletiva e excludente. O acesso à educação era muito limitado, particularmente, nas zonas rurais ou entre as classes sociais com baixo nível de capital cultural e econômico.” (MOURA, 2016, p.91)

Segundo Hernandez (2002), a criação das escolas nas ilhas possibilitou a entrada de uma educação formal para as classes dominantes, assim como para a classe média ascendente. Mais tarde, as classes populares também são atraídas para as instituições de ensino, apesar do acesso a elas ser penoso e desigual. A educação é vista para as classes mais pobres e até para as abastadas como uma forma de ascender socialmente. As escolas, por estarem localizadas nas concentrações urbanas (como Praia e Mindelo), promoveram um deslocamento geográfico; as pessoas que moravam no interior se mudaram para os centros com objetivo de que os seus filhos estudassem. Além disso, as famílias cabo-verdianas que possuíam uma situação social superior às demais podiam pagar para que os seus filhos estudassem na Metrópole portuguesa ou em outro país. Desse modo, a educação promove um deslocamento interno devido ao acesso ao ensino formal ser privilégio das cidades-capitais e, mais tarde, favorece a diáspora externa para aqueles que podem enviar os seus filhos para cursar o ensino superior no exterior ou para os alunos que conseguiram bolsas de estudo.

Retomando como base o pensamento de Moura (2016), na década de 1960, alguns anos antes da independência, o acesso e a permanência dos estudantes não haviam mudado de forma considerável, apesar de ter ocorrido uma reformulação na política educativa de Portugal em seus territórios na África. A metrópole só reformulou a sua política educacional, porque, em 1960, após a Segunda Guerra, o cenário internacional fazia pressões para que houvesse políticas públicas que fomentassem o desenvolvimento das colônias portuguesas.

Esse pesquisador salienta, ainda, que as mulheres tiveram pouco acesso à escola em 1970 na maior parte do arquipélago, como pode ser observado abaixo:

A taxa de analfabetismo da população de seis anos ou mais era de 59,2%, sendo a taxa de analfabetismo masculino era de 49,4% e a do feminino de 67,9%. Na faixa etária entre 10 e 14 anos (idade da escolaridade obrigatória), a taxa de analfabetismo era de 49,5%, o que significa que mais da metade das crianças nesta faixa etária estava excluída do sistema de ensino. (Instituto Nacional de Estatística, 1981a) (MOURA, 2016, p. 93).

De acordo com Moura (2016), no período pós-independência entre 1975-1990, o PAIGC se tornou o único partido do país e o seu objetivo era romper com a estrutura social advinda do sistema colonial nas áreas econômica, política, social e cultural. Para obter esse feito, em 1980, eles criaram uma nova Constituição Federal, que almejava trazer melhorias para a educação. No entanto, “no aspecto educacional, apesar dos avanços registrados e da educação passar a ser vista pelo novo governo como o motor do desenvolvimento, o ensino continuou sendo elitista, seletivo e legitimador da ideologia do grupo dominante.” (p.96). Moura esclarece ainda que:

Para a maioria da população, o sistema educativo continuou sendo de difícil acesso, principalmente nos níveis secundário e superior. Segundo Afonso (2002, p. 49). Desde a independência, as elites africanas usam a sua riqueza e posição para dar uma formação superior aos seus filhos, recebendo subsídios educativos públicos desproporcionais e transmitindo um elevado status de classe entre gerações. (MOURA, 2016, p. 96 e 97)

Marina, por trabalhar em uma jurisdição pública e no partido durante alguns anos, sabia que a educação no seu país era considerada inadequada, sobretudo para as mulheres. A protagonista entendia, também, que as cabo-verdianas tinham pouco acesso a trabalhos formais, com carteira assinada e salários dignos. No arquipélago, segundo Fortes (2015b), as mulheres sustentam as suas famílias, na maioria das vezes, a partir do comércio informal como rabidantes, porque a esse gênero não foram oferecidas oportunidades de igualdade trabalhista (apesar de haver políticas públicas que almejem essa situação, o governo não conseguiu conquistar essa igualdade de gênero no país).

Para Tedeschi (2012, p.30) tendo como base Nancy Chodorow (1979):

a partir da modernidade que emerge uma nova “divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando-as sempre abaixo na hierarquia profissional e estabelecendo salários em níveis insuficientes para sua subsistência (TEDESCHI, 2012, p.30).

Por mais que na teoria os dirigentes de Cabo Verde quisessem transformar o país em uma sociedade menos desigual, na prática mantinham a estrutura patriarcalista e dominante do período colonial.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire (2019), cujo prestígio é reconhecido internacionalmente, não há dúvidas de que a educação através do ponto de vista da classe dominante é uma prática imobilizadora e ocultadora das verdades. Essa educação está a serviço da burguesia, encobrindo os procedimentos que provocam as desigualdades sociais, assim como

proporciona aos sujeitos dominados um sentimento de identidade com fundamento nos ideais da classe dominante, o que faz com que cada indivíduo permaneça na sua posição social sem contestação.

Não houve um investimento mais sério nessa área porque não interessava ao governo colonial fazer isso. Ao invés disso, aproveitaram a educação ao seu favor para a desestruturação política e cultural desse povo. E, por ter surgido num contexto de exploração e dominação, a população de Cabo Verde não foi favorecida pelas políticas e estruturas educacionais, que garantiam apenas a manutenção dos interesses e privilégios coloniais e/ou a permanência da estrutura colonial (SANTOS, 2017, p. 25).

Em *AC* a temática da educação está presente em todos os momentos da narrativa não só no início, quando Marina estudava no Liceu, mas quando lia, em momentos oportunos, ao optava por literaturas revolucionárias e de outros lugares. Mesmo quando foi estudar em Lisboa, a personagem estudava e se posicionava politicamente ao participar de maneira ativa de coletivos estudantis e de células clandestinas do PAIGC fora dos muros universitários. A protagonista, no período em que atuara na sede do partido em Conakri, foi alfabetizadora das crianças que ficaram órfãs devido à guerra colonial.

Tendo como base Cassama (2014), pode-se compreender que Cabral acreditava que a educação poderia transformar as pessoas. Esse líder político pregava que a luta deveria ser para transformar a sociedade e torná-la um lugar mais justo para as crianças, pois “as crianças são as flores da nossa luta e a razão do nosso combate (CABRAL *apud* CASSAMA, 2014, p.66). Tal líder, desse modo, compreendia que a batalha realizada pelos militantes no presente era para tornar Cabo Verde e Guiné-Bissau lugares melhores no futuro para as crianças e adolescentes e por isso criou uma política educacional para o partido, que instituiu a alfabetização para as populações que viviam nas zonas livres do jugo colonial.

Pode-se observar que os princípios educacionais do PAIGC se conciliam, consideravelmente, com os ideais pregados por Paulo Freire, que foi convidado para participar do desenvolvimento do sistema de educação nas zonas livres da Guiné-Bissau após a Revolução dos Cravos.

Paulo Freire fazia parte de uma equipe do Instituto de Ação Cultural do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Sua tarefa era ajudar a erradicar o resíduo colonial que restou como consequência de gerações de educação colonial destinadas a desaffricanizar o povo. (MALOTT, 2021, S/P)

Freire afirmava que Cabral olhava para o conflito colonial com uma perspectiva crítica, porque esse líder pregava que as pessoas deveriam ser descolonizadas de dentro para fora. Sendo assim, a guerra por libertação não deveria ser vista apenas como interação de forças para

retirar o poder de Portugal sob as colônias, a luta deveria ser mais profunda, desenvolvendo práticas anticoloniais por meio de uma organização política sólida, promovendo reflexões que gerassem uma educação libertadora e (des)assimilada para a população do continente africano.

O sonho de Amílcar Cabral era ver a Guiné-Bissau e Cabo Verde livres do jugo colonial, o que o levou a liderar o movimento da libertação nacional e a luta armada, mas antes precisou criar uma estrutura que desempenhasse a função de mobilizar, preparar o povo sob a direção de uma organização política sólida e disciplinada. (CASSAMA, 2014, p. 67)

Segundo Malott (2021), intelectual guineense, intensificou-se, nas áreas libertas da Guiné-Bissau, a criação de programas educacionais que descredibilizassem pensamentos eurocêntricos para que os alunos se sentissem mais confortáveis com as suas identidades negras. Muitas vezes foi apresentado que o movimento anticolonial e os processos educacionais de descolonização do conhecimento eram antagônicos, mas Amílcar Cabral conseguiu conceituar e pôr na prática que esses pontos estão dialeticamente inter-relacionados.

Provavelmente, por meio das aulas e dos livros emprestados a esses alunos, eles abriram a mente para uma consciência política mais forte. No decorrer da leitura do romance, há uma passagem em que Pedro e seu grupo (composto por cinco integrantes) faziam “teatro de intervenção, envolviam-se ativamente na manifestação de estudantes contra o reitor ruga que apelidavam de semente de manga e que funcionava como um autêntico agente da PIDE no Liceu, os estudantes exigiam um conceituado professor das ilhas.” (DUARTE, 2012, p. 30)

Esses alunos manifestavam-se politicamente contra o regime dentro do Liceu. Isso evidencia que tais estudantes foram capazes de questionar os fatos e a realidade que os cercaram porque tomaram decisões com clareza e autonomia para tentar alterar a realidade que os cercavam na escola. Contudo, por estarem vivendo em um regime autoritário, eles

Foram presos, interrogados, mas soltos por se entender que se tratava de simples reivindicações de estudantes. No entanto no Liceu foram-lhes movidos processos disciplinares, que culminaram com sanções até trinta dias de suspensão de aulas que originaram perda de ano por faltas a alguns. Pedro foi um deles (DUARTE, 2012, p. 30).

Esses alunos que organizaram uma manifestação contra o diretor da escola, que parecia ser um agente da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), aparentemente já estavam participando de células clandestina pelo PAIGC. Segundo Cassama (2014), por muitos anos, esse partido teve que fazer o exercício das atividades políticas na clandestinidade para não sofrer retaliação do colonialismo português.

Para Hernandez (2002), o Liceu foi um dos caminhos para “criar em pequeno grau um isomorfismo entre estudantes e cargos administrativos para a elaboração de ideias nativistas num primeiro momento e, mais tarde, para a concepção de um ideário nacionalista.” (p. 100)

Por meio da leitura da narrativa, pode-se perceber que Pedro e o seu grupo se organizaram e planejaram uma fuga para lutar em Dakar na Guiné-Bissau com o PAIGC. O professor Joãozinho provavelmente era a pessoa que passava as informações sobre a guerra colonial aos estudantes do Liceu, que foram presos. O tio de Marina já havia sido preso pela PIDE uma vez, por ter publicado um panfleto que colocou “a cidade em polvorosa ao denunciar as incúrias do governo central e que as pessoas já estavam fartas de passar fome e ir morrer nas roças de São Tomé.” (DUARTE, 2012, p. 34), mas não puderam mantê-lo preso por muito tempo porque ele era uma figura importante na ilha e o soltaram porque temiam que houvesse retaliação dos moradores. Além disso, a protagonista suspeitava que o tio escrevia para revista, jornais e livros contra o sistema colonial no arquipélago.

Na narrativa é apresentado também que por toda a sua vida o professor Joãozinho foi uma figura subversiva e excêntrica. Nas suas aulas, ensinava os alunos sobre a conquista e a história da Metrópole de forma irônica, “dos seus governantes, com referências discretas à pobreza das ilhas, às fomes e aos contratados para São Tomé.” (DUARTE, 2012, p. 34). Anos mais tarde, foi descoberto que os longos passeios do tio de Marina pelas salinas serviam para “enviar e receber mensagens através da rádio amador com contatos que tinha em Dakar, nas ilhas de Santiago e Santo Antão.” (DUARTE, 2012, p.34). Essa personagem participava clandestinamente na guerra colonial com o PAIGC e incorporava os jovens do Liceu a luta por libertação.

Pode-se notar que esse docente subversivo planejou com os alunos do Liceu a fuga para Dakar. O tio João avisou a Marina sobre as prisões de Pedro e de seus colegas pela PIDE e é narrado que ele sentia que “o mesmo viria acontecer-lhe dentro de dias” (DUARTE, 2012, p. 32). Os jovens estudantes do Liceu planejaram sair pelo grande porto de Mindelo, mas eles foram pegos pela PIDE, porque foram delatados por um amigo da família de Pedro. Mas antes de se esconderem no navio, jogaram panfletos por toda cidade com dizeres contra o colonialismo. Esses jovens também picharam o muro do Liceu.

No dia seguinte ao ir para o Liceu e tomar conhecimento dos panfletos que tinham aparecido na madrugada, Marina teve a certeza que Pedro se encontrava entre os panfletistas e os que tinham pichado as paredes do Liceu e outros edifícios com os dizeres “abaixo o governo colonial” e “morra Salazar” e mentalmente envio-lhe o seu sorriso mais luminoso. (DUARTE, 2012, p. 32)

Segundo Fernandes (2011), tendo como base a postura genealógica de Foucault, os grupos que estão no poder exercem forças diversas no cidadão por meio da imposição de leis e normas, com o intuito de obter o controle social. Contudo, muitos grupos não aceitam de forma passiva o domínio das classes dominantes e desencadeiam gestos de resistências. Portanto, os panfletos e, principalmente, as pichações são formas de o sujeito se impor contra o sistema vigente. As pichações ocorrem em espaços públicos urbanos para visibilizar os discursos de insatisfação contra o governo à população, desse modo, chamando atenção e agredindo a visão do transeunte.

Por meio das pichações é que, segundo o texto *Pichações: discursos de resistência* conforme Foucault, Eliane Fernandez (2011), os cidadãos da classe marginalizada protestam contra as desigualdades sociais enfrentadas. Contudo, como essas classes não são ouvidas de forma direta por aqueles que detém mais prestígio (as classes dominantes) costumam-se utilizar meios “alternativos” de protestar, isto é, atos que desagradem as classes “superiores” e, assim, chamem a atenção para as reivindicações feitas. Isso está presente também em *AC*, quando o grupo de jovens do Liceu que estava lutando contra o colonialismo utilizou os panfletos e as pichações para manifestarem as suas opiniões contra o regime colonial português e, assim, as suas reivindicações serem vistas não só pelos transeuntes, mas também para chamar atenção da classe dominante sobre os problemas sociais enfrentados no (e pelo) arquipélago.

Mediante a leitura do romance, é apresentado o Liceu como um dos mecanismos de dominação colonial, que ainda acentua as marcas da desigualdade de gênero. A discriminação de gênero no ambiente escolar é notada pela protagonista ao entrar no Liceu, pois havia cessado há pouco a “separação das raparigas e dos rapazes quer nas aulas quer nos intervalos”. (DUARTE, 2014, p. 30). Marina percebeu que os meninos e as meninas não possuem o mesmo tratamento na instituição. Os alunos homens recebiam um tratamento privilegiado, enquanto as mulheres eram desfavorecidas.

Segundo Albernaz e Longhi (2009), o ambiente escolar pode ser um dos fundamentais mecanismos para reverberar os princípios patriarcais, já que muitas escolas não possuem projetos político-pedagógicos que desenvolvam o respeito e a promoção da equidade de gênero.

Pode-se observar, dessa maneira, que o romance *AC* foi baseado em uma longa pesquisa sobre como o Liceu atuava para assimilar os estudantes da ilha de São Vicente, mas ao mesmo tempo de forma clandestina, os professores, como tio Joãozinho, desenvolveram uma educação crítica fora da sala de aula que ajudou as pessoas a se aliarem na luta contra o colonialismo.

Afinal havia algum tempo que a Luísa tinha sofrendo de uma tuberculose pulmonar, diagnosticada tardiamente e a que a falta de recursos não permitirá atuar

convenientemente. A falta de recursos materiais conduziu à morte da sua melhor amiga [...] Pedro, já então um amigo, aproveitara essa ocorrência, a inconsolável tristeza pela morte da amiga, a surpresa magoada e a revolta incontida a descobrir o que tão bem se escondia, para lhe mostrar uma das razões porque não se limitava apenas a estudar direitinho e ser um bom aluno para ganhar uma bolsa de estudos e ir fazer um curso superior na metrópole. [...] Deste primeiro momento de tomada de consciência relâmpago, Marina evoluiu, através das leituras e conversas com o tio e com Pedro para formas mais conscientes e críticas de ver a vida (DUARTE, 2012, p. 28).

É inegável, portanto, que o citado romance de Vera Duarte busca exemplificar, por meio da experiência de Marina no Liceu, como era o sistema de ensino na época colonial, apresentando que, nesse período, a educação assumiu um caráter desumanizador, que desvalorizava a cultura cabo-verdiana. Contudo, na obra, a protagonista e os personagens como professor Joaozinho, Pedro e seus colegas, do teatro de intervenção, se recusavam a aceitar a dominação, por isso criaram mecanismo de resistência por meio da educação e se alia, supostamente, ao PAIGC de forma clandestina.

1.1 Percurso de fundação e formação cultural do arquipélago

O arquipélago cabo-verdiano corresponde a 10 ilhas que passaram a ser domínio de Portugal desde o século XV. De acordo com o livro *Relações Históricas de Cabo-Verde/Brasil*, do historiador e embaixador cabo-verdiano Daniel A. Pereira (2011), esse conjunto de ilhas – não habitado até a chegada dos portugueses – teve ocupação efetiva a partir de 1462, inicialmente nas ilhas de Santiago e Fogo.

Segundo Pereira (2011), o nome do país é uma referência à península localizada no Senegal de mesmo nome (*Cap Vert*). O arquipélago fica localizado a 310 milhas (aproximadamente 499 km) de distância do continente.

Esse país apresenta um clima denso com secas periódicas, tornando a vida precária nesse espaço para os seus habitantes. Depois da sua ocupação, o problema climático aliado a fatores humanos gerou a falta de alimentos para a população durante os séculos. Isso ocasionou na morte de centenas de pessoas. Esse pode ser uma das razões para que esses ilhéus tenham sido encontrados desabitados pelos portugueses no século XV.

Por isso, em 1466, para incentivar a colonização, D. Afonso V escreveu uma carta de privilégios aos moradores e possíveis residentes daquele território, já que as ilhas não pareciam ser vantajosas para ocupação devido ao clima desértico, quente e com grande umidade devido

às chuvas periódicas, fatores complicadores de uma agricultura que fosse similar a de Portugal, no entanto, as ilhas possuíam um bom posicionamento geográfico que permitia um vantajoso ponto de ligação entre a Europa, o continente africano e as Américas, tendo destaque no panorama mercantil, entre os séculos XV e XVIII.

Não havendo recursos locais, ou face ao seu reduzido valor, foi dada a primazia as atividades de comércio e navegação. A importância das ilhas passaria, então advir, fundamentalmente, da navegação atlântica. [...] Com efeito a desempenhar, desde o início da progressão dos portugueses em direção a ponta meridional de África, o papel de placa giratória no quadro de abastecimento de navios em águas víveres (PEREIRA, 2011, p. 20).

O fato de esse espaço insular ter sido encontrado deserto fez com que o processo de colonização ter sido feito de modo atípico, porque tudo teve que vir de fora até mesmo o modelo de ocupação. Portanto, não havia necessidade de mudar nada previamente já existente (PEREIRA, 2011).

O processo de povoamento do arquipélago cabo-verdiano possibilitou a interação e a união de substratos negros (africanos) e brancos (europeus) paulatinamente. Isso gerou uma diversidade comum a todas as ilhas. No entanto, cada ilhéu se constitui de uma maneira devido às singularidades regionais advindas da própria descoberta e do modo de povoação.

Segundo a tese de doutorado *Nação e Identidade: A singularidade de Cabo Verde*, de Madeira (2015), a população de Cabo Verde é particularmente crioula. Contudo, as pessoas se diferenciam uma das outras devido ao processo de povoamento de cada ilha. Por exemplo, se os indivíduos são advindos de uma “ilha mais agrícola” como Santiago, onde ocorreu o primeiro povoamento português, nota-se que as pessoas possuem a pele mais escura, enquanto os cidadãos que são originários de “ilhas mais industriais e de porto” (p. 52), como São Vicente, possuem a pele mais híbrida.

É inquestionável a influência de culturas africanas em Cabo Verde, muito particularmente nas ilhas de povoamento antigo, como são as de Santiago e do Fogo, onde aliás se construiu a matriz, que deu lugar a chamada cabo-verdianidade, depois transplantada para o restante das ilhas dos arquipélagos, que, por sua vez, foi sofrendo novos acrescentos (PEREIRA, 2011, p. 38).

O fato de as ilhas de Santiago e São Vicente terem sido povoadas em momentos diferentes fomentou algumas particularidades. A ilha de Santiago foi a primeira a ser povoada devido aos privilégios da *carta da Coroa* escrita por D. Afonso para incentivar a exploração do território para a produção agrícola e para a comercialização de escravizados nessa região. Por isso, em 1466, houve um grande sequestro dos povos da costa de África (guineenses,

principalmente) para trabalhar nas lavouras (LIMA, 2019). Tal fator gerou, nesse espaço, uma maior identificação com as manifestações culturais africanas por ter recebido maior número de pessoas negras naquele lugar (MADEIRA, 2015). Como consequência, Santiago pode ser considerada atualmente como uma ilha onde a cultura africana é mais intensa.

Já a ilha de São Vicente foi povoada de forma tardia, precisamente, em 1795, devido “a uma concessão regia, João Carlos da Fonseca, abastado proprietário do fogo, dirija-se com escravos para iniciar o processo de povoamento” dessa região (HERNANDEZ, 2002, p.31). Entretanto, não houve muito sucesso, porque em 1844 não tinha mais do que 400 habitantes. Vale a pena ressaltar que os europeus tinham o interesse de fazer relações comerciais em Mindelo, capital de São Vicente, porque ali estava localizado o maior porto do arquipélago. Tal enseada ficou conhecida como o Grande Porto de Mindelo, que por sua boa posição geográfica desenvolveu o comércio e favoreceu um considerável crescimento populacional e econômico desse ilhéu (HERNANDEZ, 2002).

Nele se verificou uma forte presença de ingleses e de mestiços que trabalhavam sobretudo no transporte de carvão. Em dado momento, este porto serviu como ponto de chegada e saída de embarcações, oriundas de vários países, o que, de forma directa ou indirecta, acabou por influenciar o modo de vida e a cultura local dos seus habitantes (MADEIRA, 2015, p. 46).

Cabe destacar, também, que São Vicente foi por muitos anos ligada administrativamente à ilha de Santo Antão, mas em 1852 houve um desligamento que ocasionou precariedade dessa região (HERNANDEZ, 2002). Contudo, a ilha de São Vicente se tornou independente e nos anos seguintes, “torna-se depósito de carvão de Pedra, contando, a princípio com a atuação da casa inglesa Visger & Miller, mais tarde Millers & Nephew, além das companhias Royal Mail e Patent Fuel” (HERNANDEZ, 2002, p.32). Esse crescimento financeiro se consolidava, simultaneamente, com o comércio das navegações que atraía diversos países para negociação marítima.

Através da leitura de *AC*, percebe-se que essa situação é retratada por meio da memória da personagem principal quando criança, que passava para comprar peixes no grande porto de Mindelo com a sua mãe. Nesse período, pessoas de diferentes países se relacionavam com os nativos da região, incentivando uma mistura cultural e uma relação de amizade. No entanto, a narradora explica que houve o declínio dessa enseada devido às inovações tecnológicas, que faziam as embarcações não serem mais movidas a carvão, mas a óleo combustível. Desse modo, as rotas dos navegantes mudaram e eles foram fazer paragens em portos que ofereciam gasolina. Pode-se afirmar que essa circunstância modificou as relações sociais que existiam na ilha.

Mindelo de marujos e japoneses. Yang Some One no hospital. Um japonês tão novinho que se apaixonara por Marina e brincava com ela à tardinha na pracinha d'igreja e oferecia peixes enormes à sua mãe, que faziam as delícias de seu pai. Foram-se os marujos, foram-se os japoneses, foram-se as grandezas do porto grande. Os grandes vapores já não usavam carvão e os que se abastecem do fuel oil demandam outras paragens tornadas mais sedutoras pela atenção dos governantes. Esse japonês tão bonito e tão amigo que com a recusa de Marina desaparecera das suas vidas tão de mansinho como nelas entrara, por que orientes, por que mares navegará ele agora? Agora que os cicerones desaprenderam e com eles o inglês de ponta da praia tão usual nos tempos das mulheres and corys (DUARTE, 2012, p. 41).

A cidade portuária do Mindelo nos interessa porque é a cidade natal da protagonista e de sua família. A experiência emigratória da personagem a fez lidar com o racismo:

Por essa altura Marina começava a aperceber-se de um novo tipo de racismo. Naqueles anos revolucionários, dir-se-ia um racismo pela negativa, um racismo envergonhado da sua existência, um racismo profundamente incomodado. Marina percebia o nas afirmações bem-intencionadas feitas pelas colegas na casa de banho da faculdade quando todas iam buscar um toque mais atraente, para o início de alguma aula, algum meeting ou comício. "O teu cabelo é praticamente como o nosso" "A tua cor quase igual à minha" "Conheço gente no Alentejo que tem quase a tua cor" (DUARTE, 2012, p. 42).

A grande dificuldade de um racismo na negativa é que ele impede a discussão sobre esse problema social. As pessoas que praticam tal racismo não são responsabilizadas pelos seus discursos discriminatórios perante a sociedade. Por mais que as colegas de Marina não quisessem ser racistas, elas faziam comentários preconceituosos por não aceitarem a sua situação social de mulher crioula. Provavelmente, elas a viam como branca devido à sua situação financeira, e não só por ter um tom de pele mais claro, porque o racismo está intimamente ligado à questão de classe.

Contudo, vale a pena destacar que as questões relacionadas a raça não são encaradas do mesmo modo em Portugal e em Cabo Verde. Os portugueses fazem distinção de acordo com a cor e a origem étnica das pessoas, porque sempre veem o outro em uma perspectiva de alteridade. Diferentemente dos habitantes do arquipélago, eles entendem que o seu país foi construído e povoado com indivíduos que apresentam diferentes culturas, mas a colonização e a violência física e simbólica destruíram grande parte da memória étnica dos povos que foram trazidos para serem escravizados. As memórias culturais desses diferentes povos africanos foram se adaptando a cultura europeia em uma hibridização cultural. Isso significa que a identidade cultural do arquipélago deve ser vista por meio da pluralidade.

De acordo com Furtado (2012), a discussão em relação à identidade étnica é substituída pela de identidade cultural, fazendo com que não seja importante a discussão sobre

“branquidade” e “negritude” para as pessoas desse país. Isso pode ser uma das razões para que Marina não tenha sofrido racismo dentro do arquipélago, apenas em Portugal.

Segundo Anjos (2003), os intelectuais cabo-verdianos acreditam que ocorreu uma fusão cultural com os substratos europeus e africanos. “Essa “fusão cultural” numa mestiçagem geral é percebida (...) como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional.” (ANJOS, 2003, p. 581). Para Gomes (2008), a criouliização faz parte da gênese da cultura cabo-verdiana, são representados na dimensão textual nas obras dos escritores (as) desse país.

Tendo como base o texto *Do funco ao sobrado o mundo que o mulato criou*, de Gabriel Mariano (1959), no arquipélago, os mulatos e os negros tiveram a oportunidade de estruturar diretamente a sua sociedade. Por esse motivo, a questão do racismo é mínima em Cabo Verde, uma vez que os não brancos conseguiram ascender socialmente.

Isso significa que o branco aceitou a participação do crioulo na construção da sociedade cabo-verdiana. Tal fato fez com que o preconceito nesse país não esteja ligado ao fenótipo dos habitantes, mas está intimamente relacionado à questão financeira, promovendo, desse modo, uma “brancalização” dos mulatos ou dos negros que eram abastados. Pereira (2011) utilizou como exemplo os arquivos do século XVIII, nos quais as pessoas negras eram vistas como brancas pelo simples fato de calçarem sapatos:

Não será, por isso, a coloração cutânea que definirá o estatuto social, mas a situação econômica de cada um, com todas as contradições que a ideia pode enfermar. Como observará Felix Monteiro, estamos em uma sociedade onde o branco não tem cor e o rico não tem dinheiro. Esta é uma criação, diria, genuinamente cabo-verdiana, que se sublima, magistralmente, numa frase dramática da língia cabo-verdiana, pela sua dimensão e conotação, alienante embora, e que tantas vezes escutamos: djan branku dja. (em tradução livre “já me tornei branco”) (PEREIRA, 2011, p. 41).

O povoamento português foi fomentado por escravizados advindos sobretudo da região da Guiné que teve contato com os portugueses e portuguesas que desencadeou a criouliidade. De acordo com Pereira (2011), o processo de povoamento teve tamanha notoriedade que em 1962 foi ordenado que as mulheres brancas fossem para o arquipélago com o intuito de extinguir o mais rápido possível os mulatos.

É incontestável, portanto, que Cabo Verde é uma sociedade crioula devido ao processo de povoamento. Para essa população ter origem negra e branca é positivo porque simboliza a singularidade desse país.

1.2 O desenvolvimento da literatura cabo-verdiana

Surgida no ano de 1936 na cidade de Mindelo e em meio a uma intensa movimentação política e sociocultural, a Revista *Claridade*, que contava com grandes nomes da literatura da época, como Jorge Barbosa, Manuel Lopes e Baltasar Lopes, entre outros, almejava buscar o real sentido de uma nação cabo-verdiana. De acordo com Simone Caputo Gomes, em um capítulo publicado no ano de 2021 e intitulado *Aclarar Claridade: controvérsias debatidas no calor da leitura dos seus nove números*, essa Revista foi de suma importância para a Literatura Cabo-verdiana e para a nação crioula.

ao lançar, com os meios que eram possíveis aos sucessivos grupos de colaboradores, no momento histórico da existência (e resistência) do periódico, bases para uma discussão sobre a identidade cultural, os rumos da matéria, os heterogêneos e ricos caminhos para o desenvolvimento da literatura como arte (GOMES, 2021, n.p.).

Essa publicação foi o centro de um movimento de emancipação cultural, social e política de Cabo Verde, buscando expressões culturais autenticamente cabo-verdianas, que traziam para o universo literário e cultural uma reflexão sobre o que é ser cabo-verdiano e quais dificuldades aquela sociedade enfrentava.

Os intelectuais e escritores, a partir da *Claridade*, como adiante teremos ocasião de verificar, projectaram o seu esforço criador nos grandes segmentos que representavam ou simbolizavam a parte viva da sua pátria, ou seja, aquela que não adoptava os critérios e os padrões que serviam o colonialismo; e assim, aberta ou implicitamente, condenavam tudo quanto vivesse fora deste projecto nacional (FERREIRA, 1986, p. 27).

Nesse bojo temos *AC*, fruto da luta travada nas décadas anteriores em Cabo Verde e cuja literatura de vanguarda, segundo especialistas como Simone Caputo Gomes e Norma Sueli Rosa Lima, já trazia temáticas identitárias desde o século XIX. Mas antes de tratarmos desse assunto, vamos traçar os percursos que a literatura cabo-verdiana fez para construir sua identidade nacional.

Em conformidade com os especialistas da área, *Claridade* pode ser dividida em dois ciclos diferentes: “a primeira de sua fundação até 1944, e a segunda, conhecida como dos realistas ou pós-claridosos, entre 1944 e 1960, aí incluído o grupo de jovens da academia cultivar, fundadores da *Folha Literária Certeza*” (HERNANDEZ, 2002, p. 134 - grifos da autora).

A partir da publicação dessa revista, o marco mais importante do ramo literário havido no Arquipélago, cunhou-se o lema “fincar os pés na terra”, de suma importância para a literatura cabo-verdiana. Tal lema pode ser concebido com o intuito de construir obras que incidissem sobre a realidade cotidiana e revelassem as problemáticas que afetavam os moradores das ilhas, tais como os longos períodos sem chuva ou os trabalhos desumanos ocorridos nas roças, trabalhos esses que, por muitas vezes, figurava como o único meio para o sustento daquelas famílias no período colonial (ANDRADE, 2018). Levando-se isso em consideração e amparados nas concepções apresentadas por Norma Sueli Rosa Lima (2021), em artigo publicado cujo título é *Claridade revista: (2000-2013)*, ressalta-se o fato de que *Claridade* detinha não somente uma imensa força política – visto que tratava, por exemplo, sobre a relação entre o Arquipélago e a metrópole – mas também social, pois defendia a formação de uma identidade cabo-verdiana (e atuava para isso), reforçando o caráter crioulo daquela sociedade. A respeito da ideia de criouldade, demonstra-se ainda o forte desejo de se afastar da “pátria portuguesa” e isto se vê por meio da inspiração claridosa na antropofagia modernista brasileira que tanto servira de exemplo para Cabo Verde.

Neste mesmo artigo, Lima procede a uma reanálise da relação literária intertextual entre Brasil e Cabo Verde, ambos colonizados por Portugal e que, por isso, guardavam muitos pontos em comum além da linguagem. O Brasil, como detentor de prestígio entre as comunidades lusófonas, foi um grande contribuinte para a construção dessa identidade crioula mais questionadora tanto da colonização quanto do processo ditatorial em Cabo Verde por meio de seu Modernismo – que também tentava imprimir sua face na cultura e na literatura locais, rompendo o cordão umbilical com a matriz portuguesa. A chamada antropofagia, mote desse movimento, demonstrava que nascia ali um sentimento de brasilidade, o que atuou como força motriz para o já crescente desenvolvimento de uma ideia de criouldade em Cabo Verde.

Tamanha fora a repercussão de *Claridade* que, após seu lançamento, tornou-se comum (ainda que criticado por alguns) a adjetivação “pré-claridosos”, grupo no qual se encaixam Pedro Cardoso e José Lopes, e “pós-claridosos”, isto é, os autores que se debruçaram sobre os estudos a respeito da literatura cabo-verdiana após o lançamento (e a influência) do periódico. Isso reforça o fato de a imprensa de Cabo Verde também ter contribuído ativamente nas críticas e reivindicações ao colonialismo, semelhante ao que ocorreu, salienta Lima (2021), em Angola e Moçambique. A respeito dessa criouldade, essa autora (2021) nos traz ser necessário situar tal conceito, “enquanto reconhecimento inclusive de uma identidade híbrida distanciada da leitura desta fusão pela ótica da assimilação, da influência e mesmo de estereótipos mestiços do século passado” (LIMA, 2021, S/P) .

Como uma ruptura no *modus operandi* da sociedade cabo-verdiana vigente, a partir desse reconhecimento e fortalecimento da criouldade local marcada pelo hibridismo, resgatava-se também a africanidade naquelas ilhas, uma vez que se abolia a ótica hegemônica europeia da crença em uma “raça pura”; ali, defendia-se a mistura étnica e orgulhava-se dela, diferentemente do que ocorrera no Brasil. Embora tanto em Cabo Verde quanto no Brasil as poéticas claridosa e modernista respectivamente atuassem revolucionando as concepções de origem e de raça, no Arquipélago houve uma reivindicação por parte dos próprios intelectuais locais, que se debruçavam sobre a construção de uma “nação crioula”, no sentido de resgate da africanidade e na naturalização da ideia de uma “identidade cabo-verdiana crioula”. Por isso a definição de que, embora detentora tanto de força social e cultural quanto política, como salientado anteriormente, *Claridade* travou uma luta mais cultural – ainda que o caráter político estivesse presente ali – em busca de uma expressão legitimamente crioula, fazendo isso por meio da linguagem. Diferente do que poderia ocorrer, nesse periódico, em pleno auge da censura, desenvolvia-se uma “subversão linguística”, pois ocorria uma verdadeira “mistura” entre o português, europeu, e a língua crioula.

Tal “mistura”, no entanto, era mais do que algo simplesmente linguístico, isto é, consistia em algo maior do que selecionar algumas palavras do crioulo e inseri-las em meio ao português. Norma Lima (2021), em artigo intitulado *A crônica crioula de Vera Duarte*, nos mostra um exemplo disso ao tecer análise sobre a crônica *8 de março em pingo chuva*. Nessa ocasião, ela demonstra que há o hibridismo linguístico ao mesclarem-se as línguas crioula e portuguesa, mas, de acordo com a pesquisadora brasileira, isso representa um “processo antropofágico metonímico das culturas que se interpenetraram” (LIMA, 2021, p. 317).

Ainda de acordo com Lima (2021), retomando menção feita por Vera Duarte ao falar sobre a *Claridade*, nota-se forte presença do que a pesquisadora brasileira chama de “herança africana”, demonstrando novamente o papel social, político, literário e cultural desempenhado por esse periódico. Ela salienta que essa herança se mostrou presente desde o primeiro número publicado, em cuja capa havia dois batuques da Ilha de São Tiago, a lantuna e o finaçom, o que demonstrava uma espécie de retomada da cultura popular cabo-verdiana, sendo possível notar tal reconstrução, então, além do fator linguístico.

Segundo o livro de Gomes (2008), a década de 1960, além de ser um período em que há o estopim das revoluções africanas das nações colonizadas por Portugal, ficou marcada também por trazer um movimento literário e cultural mais definitivo ou profundo que buscava ainda mais fortemente ir contra o autoritarismo do pai colonizador, o salazarismo. Por isso os escritores, em Cabo Verde, trilharam por um caminho de tomada de consciência regional e,

posteriormente, nacional. Tais autores cabo-verdianos tinham como base formativa dessa luta o caráter crioulo e escreviam sob o sentido híbrido do repertório cultural das ilhas.

A visão cultural que o arquipélago irradia, após o rompimento com o autoritarismo português, torna-se simbolicamente a matéria. Essa forma de enxergar o país permitiu que houvesse uma harmonia de identificação nacional e comunitária, que vai contra o discurso associado ao colonizador. Desse modo, houve um “comunitarismo linguístico-cultural, comunitarismo de gênero, problematizando a condição feminina.” (GOMES, 2008, p.10). Tal foco permitiu que houvesse um discurso que visibilizasse a situação das mulheres e as identificações nacionais.

Por isso, as autoras cabo-verdianas preocuparam-se em criar textos literários que representassem a terra e a criouldade em todos os sentidos sociais e geográficos, sem se focar em uma única percepção sobre a realidade do espaço insular. Essa escrita feminista busca perceber o lugar da enunciação além de olhares situados (gênero, classe, etnia, geografia etc.), e sim a partir da polarização do lugar discursivo. Essas autoras se atentam em “traçar uma história cultural dos espaços e das identidades femininas, assim como das modalidades de relações entre sexos sociais.” (GOMES, 2010, p. 1).

Deve-se destacar que essa mudança no cenário da literatura cabo-verdiana começou a crescer a partir dos anos 1980, quando as mulheres do arquipélago passaram a escrever/publicar mais sobre as suas experiências cotidianas, gerando o seu próprio protagonismo, sem precisar seguir modelos literários, o que tornou a escrita mais espontânea e com teor verossímil bastante notório e que também levou, desse modo, uma mensagem para as gerações futuras sobre como era o passado, o que mudou na sociedade e o que não pode mais se repetir nas experiências sociais das mulheres.

Entre esses nomes figura, a partir de 1990, o de Vera Duarte, autora que fez parte da “geração nacionalista” consolidada depois da guerra colonial. Na literatura do arquipélago, ela integra a *novíssima geração* de poetas. Esses escritores discutem sobre a questão da identidade, não por um mero nacionalismo, mas por analisar a vida do cabo-verdiano sem estereotipá-los (GOMES, 2008). Além disso, a jurista, em seus textos literários, apresenta o novo discurso africano, como forma de reescrever e discutir sobre a história das ilhas.

Essa intelectual, que além de escritora é também jurista e ministra da Educação e do Ensino Superior de Cabo Verde Vera Duarte, teve uma vida marcada pelos estudos. Na ilha em que nasceu, estudou em um dos colégios clássicos do arquipélago, o Liceu Nacional Infante D. Henrique, em Mindelo. Já na sua juventude, foi estudar na Universidade Clássica de Lisboa, onde teve que fazer o processo diaspórico com o intuito de cursar o nível superior em Direito.

Em 1978, Vera Duarte concluiu o curso em Portugal, mas permaneceu estudando nesse país para se formar em Magistratura Judicial, pelo Centro de Estudos Judiciários de Lisboa. Essa escritora trilhou tal caminho acadêmico para regressar ao seu país de origem e poder utilizar o que aprendeu na Magistratura do arquipélago.

Em seu retorno a Cabo Verde, Duarte passou a viver na cidade de Praia, onde atuou como Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça. Anos mais tarde, mudou de cargo e se tornou conselheira do Presidente da República (a primeira do gênero feminino). Em 1995, foi agraciada com o Prêmio Norte-Sul de Lisboa do Conselho da Europa pelo presidente português Dr. Mário Soares (MIRANDA, 2009) devido às atividades desempenhadas por ela em defesa dos Direitos Humanos. Além disso, foi a primeira mulher a integrar a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e a Comissão Internacional de Juristas.

Segundo Miranda (2009), nos dias atuais, Vera Duarte é a Presidente da Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas (AMJ), além de pertencer a algumas associações oriundas da sociedade civil cabo-verdiana. Todos esses e outros fatos sobre Vera Duarte a tornaram pioneira, enquanto profissional de Direito em Cabo Verde, uma vez que ela foi a primeira mulher a entrar na carreira da Magistratura no seu país, além de ser a primeira Juíza Conselheira no Supremo Tribunal de Justiça do arquipélago.

Na obra *AC*, a autora conseguiu dialogar com a ficção e a cotidianidade de uma mulher que luta para construir uma sociedade melhor para todos. Essa obra trata também sobre a diáspora na contemporaneidade realizada pelas mulheres. Esse posicionamento feminino está transformando o cânone literário de Cabo Verde, que antes havia uma presença majoritariamente de homens. Vera Duarte e outras escritoras, quando alçam uma mulher ao protagonismo de suas obras (ou mesmo a protagonistas, coadjuvantes ou figurantes) destacam-nas, documentando a historicidade da participação feminina na construção e no desenvolvimento do país (GOMES, 2010).

Segundo Gomes (2010), após a independência em Cabo Verde, houve um grande investimento para a promoção da situação social feminina, que gerou efeitos positivos que se expandem da família à nação. Esse investimento não só fomentou o considerável número de mulheres como agentes do Estado, mas também incentivou que elas se tornassem escritoras e explicassem não só sobre as experiências sociais delas (individual), mas também de outras mulheres que estão na situação social de marginalidade nesta sociedade. Os investimentos feitos 35 anos após a independência foram essenciais para ajudar na promoção das pessoas de gênero feminino neste espaço insular e para o incentivo das suas escritas.

Ainda em consonância com Gomes (2008), em 1981 foi fundada a OMCV (Organização das Mulheres em Cabo-Verde), com objetivo de promover a emancipação feminina no arquipélago. Essa organização tem por intuito que as mulheres tenham as mesmas oportunidades financeiras, sociais e intelectuais do que os homens. Nessa época, as mulheres acima de 25 anos (entre 80% e 90%) não eram alfabetizadas e, a maioria delas, trabalhava apenas em casa. A escritora é membro do Secretariado executivo da OMCV, ou seja, o engajamento social e feminista dela conflui em uma perspectiva teórica com as suas obras literárias e com a sua prática como funcionária pública do seu país. Por isso ela escreveu obras que visibilizavam a participação das mulheres nessa sociedade.

De acordo ainda com Simone Caputo Gomes, “a historiografia feminista tem o caminho metodológico aberto para a possibilidade de construção das diferenças e de explorar a diversidade dos papéis informais” (GOMES, 2008, S/P). Essa situação destaca que a escrita feminista põe em cena a vida dos segmentos subalternos tanto no nível do privado, quanto no coletivo; o deslocamento do feminismo tem incentivado a ascensão de “novos temas e perfis que contam as experiências das mulheres que nos permitem reconhecer a origem de crenças e práticas sociais que as estigmatizam.” (GOMES, 2008, S/P)

Já as produções literárias escritas por homens, majoritariamente, são textos que restringem a mulher “ao lar, ao espaço privado e à maternidade, o machismo, a santidade feminina versus a sensualidade, a prostituição, o aprisionamento na beleza e eterna juventude das Vênus e seu distanciamento do real cotidiano” (GOMES, 2013, S/P), enquanto os textos literários das cabo-verdianas ultrapassam essa imagem idealizada e estereotipada sobre as realidades femininas. Elas buscam tecer imagens que desconstruam o olhar androcêntrico sobre as vidas das pessoas do arquipélago, além de refletirem e retratarem os caminhos que o patriarcado utiliza para dominar, expor e explicar a violência contra a mulher, a maternidade precoce, a pedofilia, as mulheres chefes de família, a irresponsabilidade do homem como pai nessa sociedade, o centramento da mulher no trabalho e no seu cotidiano entre outros.

A notoriedade desses textos ocorre devido ao olhar mais crítico sobre a realidade social do país, que faz parte não só da vida das mulheres desse corpo social, mas da de todas as pessoas que sofrem com as estruturas sociais que as oprimem.

A perspectiva (neo)feminista concebe a construção do objeto a partir da politização do lugar de enunciação, preocupando-se em traçar uma história cultural dos espaços e identidades femininas, bem como das modalidades de relações entre os sexos sociais. Necessário frisar que estas relações não partem de critérios de exclusão (estigma veiculado a leituras refratadas das posturas do primeiro feminismo), mas de inclusão, acolhendo as novas masculinidades possíveis em tempos de alargamento das

esferas de ação da mulher. A identidade de gênero define-se, portanto, na experiência compartilhada. (GOMES, 2013, S/P)

Nas entrevistas, textos e pareceres de sua autoria, é possível notar que a escritora Vera Duarte apresenta um posicionamento feminista, sendo essa uma das razões para que ela busque combater o memoricídio, que também é uma forma de violência de gênero. Sendo assim, entende-se o porquê dessa autora sempre representar a realidade social e a história de conquista das cabo-verdianas. Tais mulheres, ainda, como frisa Duarte, são na verdade, símbolos de força e persistência e, por consequência, podem ser consideradas excelentes personagens na história desse espaço insular. Além disso, afirma que a escrita literária pode ser uma ferramenta de luta contra a opressão de gênero e para criar caminhos de igualdade na prática.

Vista por Daniel Pereira (2011) como uma escritora que sempre atuou em prol dos direitos das mulheres cabo-verdianas, Duarte percebe a resistência de suas conterrâneas e, desse modo, cria obras que representem e homenageiem tal força. Por isso, nos seus livros, as mulheres sempre ganham o protagonismo nas histórias sobre o arquipélago. Vale destacar que essa intelectual possui uma longa carreira no cenário literário de seu país, com inúmeros textos publicados em antologias.

Por esse motivo, *AC* trouxe para o cenário literário cabo-verdiano uma personagem que reflete sobre a sua situação social de mulher em uma sociedade patriarcal. A protagonista dessa narrativa sempre pensou sobre como o seu gênero precisa seguir as imposições sociais e culturais em relação a comportamento, que começa na sua educação em casa, depois é passada pela igreja e, por último, pela escola. Ter que seguir determinadas regras de conduta de gênero impediram que Marina fosse mais livre, trazendo no futuro arrependimentos por ter sido sempre uma mulher comedida, que nunca ultrapassava os limites para não ser mal-vista socialmente.

De acordo com Mary Wollstonecraft (2020), uma das primeiras ativistas dos direitos da mulher, o gênero feminino foi criado/educado de forma distinta ao masculino. Essa perspectiva se deve ao fato de os homens serem criados com o direito à liberdade, podendo se expor como indivíduos, expressar suas opiniões, enquanto as mulheres são criadas para obedecer a uma conduta de teor puritano. Devido a essa falta de liberdade, o gênero feminino age conforme os princípios morais da sociedade patriarcal da qual faz parte, sendo interpretado como “subversivo” qualquer comportamento desviante dessa ótica. Por não poderem se comportar como querem, ou seja, pela falta de direito à liberdade de se expressar, as mulheres adoecem mentalmente. Além dessa realidade de aprisionamento, recai sobre o gênero feminino o peso de viver de acordo com padrões e condutas sociais praticamente impossíveis de serem seguidas

à risca. Tendo como base Tedeschi (2012), pode-se afirmar que a dominação masculina faz com que ambos os gêneros utilizem e construam suas práticas dentro de uma lógica social patriarcal.

Tal afirmativa sobre a imagem que o gênero feminino costuma ter, tanto na literatura cabo-verdiana, quanto nessa sociedade de modo geral, justifica o porquê de Marina ter sido classificada por muitas pessoas como “uma boa menina, uma boa aluna, ela era por todas considerada uma boa filha.” (DUARTE, 2012, p. 26) durante a juventude. Essas declarações significam que ela foi educada para ser agradável a todos pelas suas atitudes, mas quando a protagonista começou a namorar Pedro, um rapaz subversivo que atuava diretamente contra o governo colonial no Liceu, ela foi questionada, menosprezada pela família, além de ter sofrido agressões físicas e psicológicas do pai por ter mantido o namoro escondido com esse colega da escola.

As sociedades aceitam essas regras, pois a imposição é feita de forma “simbólica, suave e invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente por vias puramente da comunicação e do conhecimento, ou, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 1998, S/P). Através dos conhecimentos que são adquiridos durante a vida (seja no espaço privado ou público), os comportamentos das pessoas são moldados, até mesmo os sentimentos, isto é, como devem ser sentidos o amor, a alegria, a dor e a raiva.

De acordo com Bourdieu (1998), o fato de as pessoas, independentemente de fazerem parte do grupo do oprimido ou do opressor, não conhecerem e reconhecerem a dominação simbólica é fundamental para a perpetuação de determinadas “imposições” sociais. Essa dominação “suave”, através dos tempos, conseguiu justificar pensamentos que defendem a maior aptidão masculina que feminina para desempenharem certas atividades, pautando-se em questões biológicas e não por concepções culturais (BEAUVOIR, 1970).

Ainda sobre o papel da mulher escritora cabo-verdiana, retomamos as considerações de Lima (2021) quando discorre a respeito da crônica crioula de Duarte. Nessa ocasião, ela fala sobre uma passagem da obra de Vera Duarte em que o fato de uma mulher ser escritora causa admiração/estranhamento, sendo capaz de gerar até mesmo “a admiração do marinheiro galanteador, que afirma saber escrever, mas não tão bem quanto ela” (LIMA, 2021, p. 318). Essa situação se deve ao fato de Cabo Verde ter forte tradição oral; então, quando alguém sabia escrever isso era algo de se admirar e caso esse alguém fosse uma mulher, maior ainda seria “o choque”.

De acordo com Renan Miranda de Andrade (2018), em sua dissertação intitulada *Literatura cabo-verdiana: a identidade cultural em obras literárias da segunda metade do século*

XX, por muitos anos, o europeu enxergava o continente africano pelo olhar do exotismo e do misterioso. Contudo, segundo os intelectuais daquele período, como Manuel Lopes, o arquipélago deveria não mais ser visto como exótico, e sim a partir de sua constituição como um povo crioulo, portador de particularidades inerentes a qualquer sociedade (traço esse ainda mais acentuado devido à mistura de povos e culturas). Vale-se ressaltar, ainda, que essa ótica de “povo exótico” se devia a o quão diferente era essa população em relação aos colonizadores (portugueses).

Esses escritores criaram um movimento de exaltação da múltipla identidade cabo-verdiana, assim como os modernistas brasileiros que, questionando o viés “europeizado” das artes vigente à época, buscaram representar e exaltar aquilo que realmente era originalmente brasileiro. Nesse intuito, era comum que as influências europeias ganhassem espaço, mas não mais como um modelo a ser seguido e sim evidenciando o “choque” a “diferença” entre os estilos do continente europeu e do Brasil³. Os autores claridosos, como já citado brevemente, dialogaram com a literatura modernista brasileira (LIMA, 2000) como uma forma de se desvencilhar de Portugal e do continente africano, com o intuito de se individualizarem ao que Gomes (1993) identifica ser um “mergulho da redescoberta de raízes, sendo essa ação equiparada à fase de negritude proposta pelo angolano Mário Pinto de Andrade para as outras colônias africanas de língua portuguesa, quando se afirmaram as suas matrizes culturais africanas. (GOMES, 1993, S/P.)”. Os escritores claridosos desse período tiveram também como referência a literatura da geração de 1930, realizada no nordeste brasileiro, uma vez que eles perceberam que as características sociais, climáticas e econômicas dessa região do Brasil eram semelhantes à das ilhas. Renan de Miranda Andrade aponta:

Nesse ponto, os escritores nordestinos da década de 30 desempenharam um papel fundamental dentro da dinâmica literária, uma vez que o homem nordestino seria, para muitos, a referência mais próxima do homem cabo-verdiano; pois Cabo Verde e o nordeste do Brasil não apenas compartilhavam o mesmo idioma, como também possuíam uma história colonial parecida, de acentuada miscigenação, foco econômico na agricultura, ambos com uma pequena elite branca possuidora das terras se beneficiando do trabalho de escravos negros; e compartilhavam até mesmo problemas semelhantes, como a seca e o abandono, no caso cabo-verdiano por parte da metrópole e no caso nordestino por parte da metade sul do país, onde se localizava o coração financeiro e onde estava estabelecida a máquina pública do Brasil. Semedo é bastante claro no que diz respeito a essa visão de semelhança entre o nordeste brasileiro e Cabo Verde. (ANDRADE, 2018, p. 29)

³ Exemplos disso são inúmeros, mas aqui nos valem do poema “O trovador”, do modernista brasileiro Mário de Andrade, publicado originalmente em *Pauliceia desvairada*, de 1922. Nessa obra, o eu-lírico tece críticas à visão de como se estava criando o ideal de “identidade nacional”.

Mesmo tendo a criouliização como forte característica, desmistifica-se também a ideia de que tal sociedade, por ser crioula, apresenta postura assimilada, isto é, de se posicionar a favor da cultura branca e contra a sua origem negra. Traremos a perspectiva que esse espaço insular se abre a outros, desde a formação do arquipélago, cabendo devorar essas “influências” e transformá-las em algo novo, como propôs Oswald de Andrade no Manifesto Antropófago (1928) e foi desenvolvido na tese de doutorado de Norma Sueli Rosa Lima (2000).

Em *AC* a protagonista foi apresentada pelo seu tio à literatura do nordeste brasileiro, tendo ficado sensibilizada com as afinidades.

Pelas mãos do tio, tinha lido e tinha se extasiado com a trilogia *Os subalternos da Liberdade*, do formidável escritor brasileiro Jorge Amado, que parecia escrever sobre Cabo- Verde e suas gentes. E vários outros autores, sobretudo, portugueses e brasileiros. É verdade que também lhe recomendara com especial cuidado a leitura de *Os Maias*, do espantoso romancista Eça de Queiroz. E de forma singular tomando-lhes as mãos entre as suas, ele lhe falara do imprevisto das paixões, da forma como elas brincavam com o destino das pessoas (DUARTE, 2012, p. 22; grifos da autora).

A intelectualidade e o incentivo à educação tiveram importante papel nos debates a respeito da mestiçagem, tanto que a narrativa sobre essa temática representou uma “definição” entre o que seria Cabo-Verde e quem seriam aqueles aos quais tal sociedade se opunha. Nesse sentido, destacamos o fato de que a batalha claridosa, na verdade, ultrapassou os limites exclusivamente linguísticos e culturais, passando a exercer influências orgânicas, isto é, “aderindo às formas de convívio” (LIMA, 2015) daquela sociedade.

Segundo Renan Miranda de Andrade (2018), os intelectuais das gerações de 1960 e 1970 trouxeram uma perspectiva mais política, já que eles estavam de acordo com os movimentos independentistas que surgiam na África. Essa ação no universo literário e intelectual relacionava o arquipélago ao continente africano. A revista *Certeza*, em 1944, uma das primeiras a trazer um ideário nacionalista, teve duas de suas três revistas censuradas pelo regime português, mas tal censura não impediu que os intelectuais manifestassem o desejo de o arquipélago ser independente. *Claridade*, buscando fugir da censura, utilizava-se de metáforas, o que não lhe imprimia o mesmo viés de confronto explícito com o colonizador presente em *Certeza* (o que, frise-se, não a faz menos combativa).

A batalha claridosa foi mais cultural do que política, centrando-se na luta pela legítima expressão crioula, desse modo é que Baltasar Lopes rebateu julgamentos e chamou a atenção para a subversão que havia, em plena era da censura, na simbiose linguística do português com o crioulo, realizada pelos integrantes da Revista. Esta era uma proposta de linguagem cabo-verdiana, e não simplesmente o enxerto de algumas palavras do crioulo no português, na ocasião em que se plantava a independência cultural na reconstituição da linguagem popular. (LIMA, 2015, p. 2)

O modo combativo utilizado por *Claridade*, embora à primeira vista “mais velado” como se pensou durante algum tempo, estava presente também desde o início. Como exemplo disso temos o que diz Lima (2015), em seu artigo de revisita/revisão à *Claridade*. Nessa ocasião, a professora ressalta versos de Jorge Barbosa, com teor altamente irônico e de cunho reflexivo, que foram produzidos em plena época de cobrança por um posicionamento mais “ativo” por parte dos intelectuais, a fim de mostrar que eles não seriam “assimilados” responsáveis por corroborar com as estruturas de dominação vigentes. E segue a autora salientando que a utopia, enquanto ideia, estaria presente nas publicações de sociedades em busca de um “lugar ideal”, como era o caso de Cabo Verde.

Assim, a literatura de protesto pode assumir uma face mais diretamente combativa ou se utilizar de métodos outros, ainda assim lutando. Outra maneira de se lutar de modo, talvez, não tão direto seria pela manutenção da memória, de modo a resgatar os mitos culturais, transmitindo-os de modo reformulado, recontado e, portanto, reinterpretado, como ocorre na escrita de Vera Duarte. Por isso, ao retomarmos postulados de Norma Sueli Rosa Lima (2022), cujo artigo leva o título de *Desassossegos & acalantos: os microcontos de Vera Duarte*, vemos não ser à toa que Duarte, por meio de sua escrita, “ocupa o mesmo panteão de outras escritoras as quais, em Cabo Verde, se configuram guardiãs da memória, sendo as transmissoras da cultura, como bem as definiram Simone Caputo Gomes em *Cabo Verde: literatura em chão de cultura* (2008) e Toni Morrison em *A fonte da autoestima: ensaios, discursos e reflexões* (2020)” (LIMA, 2022, p. 136).

1.3 A questão da despedida: Hora Di Bai e suicídio

A noite está clara e uma lua magnífica ilumina as águas mansas da incomparável baía de Mindelo. Ao largo alguns barcos [...] testemunham a excelência de um porto que também é de partir, mas, sobretudo, é de chegar.
(Vera Duarte, 2012, p.17)

AC se inicia de forma bastante emblemática, porque singulariza o mar que cerca a ilha de São Vicente e o porto de Mindelo como memória, saudade, dor, exílio, partida e regresso. A protagonista (Marina) olha para a imensidão do oceano e reflete sobre os problemas de sua vida que, de certa forma, estão em diálogo com as dificuldades do arquipélago.

O mar, tão representativo no início dessa obra, justifica-se porque os cabo-verdianos o encaram não apenas como uma vasta extensão de água salgada, mas como símbolo de sua

própria diáspora, motivo da sua dor e de sua esperança de partirem com o objetivo de melhorarem as suas condições de vida, para poderem voltar e cuidar daqueles que tiveram que permanecer. Vale a pena evidenciar, também, que o nome da personagem principal, Marina, já induz a ideia de imigração e retorno, porque o seu significado em língua portuguesa é cais ou doca do mar, onde barcos e navios fazem ancoragem.

O mar retrata dois polos no arquipélago, um negativo e outro positivo. O oceano durante muitos anos simbolizou um espaço de aflição para os povos tradicionais da África, já que foram sequestrados de suas regiões de origem e forçados a entrar em embarcações que iriam escravizá-los e explorá-los com o intuito de tornar o continente um lugar fértil e um espaço agradável para os colonizadores (VEIGA, 1998), desse modo, é possível deduzir que aconteceu o mesmo com o arquipélago. No entanto, desde 1815, as ilhas de Cabo-Verde não recebiam mais os escravizados com as caravelas que traziam um mal secular e a privação de liberdade, mas os portos se tornaram um espaço de evasivo/diaspórico para conseguir melhores condições de vida (SANTOS, 2007), representando um elo com os outros países para onde os cabo-verdianos costumam imigrar.

Diante dessa perspectiva, pode-se afirmar que oceano se move como um mediador, que não só motiva a separação, autorizando aos cabo-verdianos a experiência de viver em outros espaços não insulares, mas funciona também como uma união com aqueles que se afastam da terra natal (SANTOS, 2007).

Através da exposição realizada até o momento, pode-se perceber indiretamente que o processo diaspórico sempre fez parte da população cabo-verdiana. Como já observado anteriormente, quando os povos tradicionais de África foram sequestrados para gerar o povoamento e a exploração do arquipélago. Essa população sequestrada teve que se desligar das suas ancestralidades devido à violência simbólica e física proferida pelo colonialismo português. Mesmo após a escravização, em 1815, teve que permanecer na diáspora, porque as condições sociais e climáticas das ilhas não permitiam que as pessoas crescessem financeiramente.

A precariedade da vida económica e a extrema pobreza a fome e a alta taxa de mortalidade, acentuadas nas épocas de secas pragas e epidemias, expulsam amplos setores da sociedade para fora de arquipélago. O que se busca, tanto nos deslocamentos interilhas como para outros continentes, é a possibilidade de alterar uma situação que se mostra permanente e inviável. (HERNANDEZ, 2002, p.104)

Segundo Pereira (2011), os cabo-verdianos tiveram que emigrar e continuam emigrando nos dias de hoje à procura de melhores condições de vida no exterior para si e para sua família.

A população deste espaço insular está espalhada nos cinco Continentes, superando a quantidade atual dos habitantes do arquipélago. “Estes cidadãos cabo-verdianos da diáspora são estimados em um milhão e duzentos mil” (PEREIRA, 2011, p. 17)

Segundo Gomes (2008), a diáspora é um conceito fundamental que sempre irradiou na cultura cabo-verdiana, sobretudo, na década de 1930. O conceito de *Hora Di Bai* ou o termo “evasionismo” permeiam a literatura de Cabo-Verde, tanto na poética com as mornas (por exemplo, de Eugenio Tavares⁴), quanto no romance de Manuel Ferreira⁵ que trata sobre a diáspora desse espaço insular no século XX. Essa forma de tratar sobre o processo diaspórico da nação cabo-verdiana é abordada nas primeiras linhas que integram *AC*, trazendo reflexões de como a hora de despedida da ilha é atravessada pela memória, saudade e dor, mas com objetivo de regresso para ajudar aqueles que não puderam emigrar.

A protagonista, ao ver as embarcações no mar com destino a Lisboa, reflete dolorosamente que em breve ela também vai embora de seu país para estudar, tendo que fazer o movimento de “hora di bai/hora de dor” (*Morna de despedida*, de Eugenio Tavares, 1969), ao mesmo tempo em que recorda que naquele mar de São Antão e São Vicente há o sangue do seu tio, que cometeu suicídio:

Por sobre o tênue vaivém de um azul perturbador, gaivotas esvoaçavam levemente fazendo parecer que todo aquele mar-e-céu que lhe enchia o peito, mais não era que um imenso e magnífico painel pintado por mãos generosas para lhe mitigar a dor. Encostada a amurada do Amélia de Melo, Marina contempla absorta o oceano profundo e pesado que desliza debaixo dos seus olhos. Ligeira a embarcação cruza o imenso Atlântico com destino certo, o porto de Lisboa. Tao diferente do caos espantado que lhe dominava o espírito desde que o suicídio do tio alvoraçará a vida na ilha de santo Antão e São Vicente (DUARTE, 2012, p. 9- grifos nossos).

Naquele pequeno deslizar que as ondas faziam na areia da Praia, observa-se que Marina pensa sobre o seu partir da ilha-natal foi realizado com base em uma interrupção violenta devido ao suicídio de seu tio Joaozinho e à prisão de seu amigo/ namorado Pedro pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE. A despedida da protagonista, desse modo, foi culminada em um momento extremamente doloroso, porque, de certa forma, ela carrega o sentimento de culpa de ter sido uma das razões emocionais para o seu tio cometer suicídio.

Segundo a dissertação *Suicídio e família*: concepção de psicólogos e psiquiatras de Mariana Castro (2005), quando um indivíduo comete suicídio, os efeitos dessa morte alcançam diversos níveis, afligindo familiares e pessoas próximas ao falecido, em um contexto individual

⁴ *Morna da despedida*, de Eugenio Tavares (1969).

⁵ Romance *Hora Di Bai*, de Manuel Ferreira (1980).

e social. Além disso, a protagonista estava magoada com o tio, porque ele tentou beijá-la quando eles viajaram a cavalo para conhecer uma fazenda. Alguns dias antes dele cometer o suicídio, ela lembrou dessa conversa desagradável:

E sem que pudesse subtrair-se à força das *lembranças* Marina sentiu ecoar-se no seu cérebro pela milésima vez as palavras que marcaram o último diálogo que dias atrás tivera com o seu tio e que agora tanto a faziam sofrer "Marins desculpa perturbar te mais uma vez, mas juro-te que não volta a acontecer. Só quero pedir-te que não me julgas mal. Tudo o que te fiz, foi apenas porque não pude controlar esse sentimento que há tanto tempo me dominou. Sei que não há esperanças para mim-nunca as houvesmas amo-te e desgraçadamente vou amar te sempre..." (DUARTE, 2012, p. 16- grifos nossos).

De acordo com Souza (2013), as vítimas de estupro ou importunação sexual se sentem, muitas vezes, culpadas: com vergonha, baixa estima e depressão. Marina estava em estado de choque não só pelo seu tio ter se suicidado, mas também porque ele deixou uma carta que poderia revelar o sentimento incestuoso que tal personagem sentia por ela e também que ele participava clandestinamente na guerra colonial contra o Estado Português:

A viagem já ia no seu quinto dia e em breve chegaria ao seu destino, a uma Lisboa desconhecida, mas ela nem sequer pensava. Outro desconhecido a atormentava. O que é que continha a mensagem? Falaria mesmo dela? Ou da Policia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE? Ou de ambos. Aquela morte vinhas pesando mais do que o segredo que ela, por vergonha, tão bem guardara durante anos. (DUARTE, 2012, p. 16 e 17)

Marina quase não ouvira as últimas palavras do tio A voz dorida deste ainda a perseguia quando, presa às mais desconstruídas emoções, Marina se fechou no seu quarto e nele permaneceu até não ter mais lágrimas para chorar e o vazio mais absoluto se ter apertado à sua volta. (...) Quando dias depois encontraram o corpo e a carta, já nada havia a fazer "Não posso continuar a viver assim. Não posso continuar a ver o que se passa nesta terra sem poder fazer nada. Sinto que tudo me é proibido, até amar". Fora este o teor da mensagem que ele deixara heroicamente declarada na folha de papel ao lado do corpo inerte? (DUARTE, 2012, p. 16 e 17)

Mas pode ser que o tio de Marina tenha cometido o suicídio por um motivo que vai muito além do que foi mencionado acima. Segundo Castro (2005), há a hipótese de que as pessoas se suicidam com o objetivo de controlar o momento de sua morte. Esse tipo de impulso ocorre, em muitos casos, quando são condenadas ou perseguidas por ditadores, que possuem o poder sobre a vida e a morte de quem quer que seja para defender o Estado fascista: "Esses suicidas resistem com seus atos, destruindo a onipotência dos donos do poder e dos torturadores, frustrando-os e, por vezes, levando para o túmulo informações que poderiam comprometer amigos ou ideais. Concomitantemente, escapam de sofrimentos terríveis. Entre essas pessoas pode-se encontrar verdadeiros heróis." (CASTRO, 2005, p. 7). Essa hipótese sobre o suicídio do tio também ser uma questão política pode ser percebida na passagem abaixo:

Foi aí que ela soube da prisão de Pedro. Tentando desculpar-se pela notícia e por ser ele a dar-lhe, mas que achava melhor ser assim, o tio contou-lhe das prisões que tinham ocorrido no dia anterior, de *Pedro estar entre os detidos e de ele próprio pensar que o mesmo viria a acontecer-lhe dentro de dias. Como mais tarde Marina viria a saber era o tio que fornecia grande parte da literatura revolucionária que circulava clandestinamente entre os alunos do liceu.* (DUARTE, 2012, p. 32- grifos nossos).

Essa perspectiva sobre o porquê de as pessoas cometerem suicídio revela-se necessária nessa pesquisa, pois o personagem (tio/professor Joãozinho) era um intelectual contra o sistema ditatorial português e a favor da guerra colonial. Anos mais tarde, Marina descobrirá que os livros que Pedro e o seu grupo liam eram dados por ele. Pode-se criar a hipótese de que ele cometeu o ato de tirar a própria vida para não ser pego pela PIDE e morreu levando consigo informações cruciais que poderiam comprometer o grupo clandestino, que buscava revolução social no arquipélago.

Anos mais tarde, após a morte do prof. Joãozinho, criou-se uma lenda do que poderia ter motivado o suicídio de uma pessoa tão emblemática na ilha. Como ninguém sabia o conteúdo da carta imaginava-se que denunciava o sistema colonial português:

Dizia-se que na mensagem o prof. Joãozinho, como era tratado por todos, fazia a denúncia da situação de abandono em que viviam as ilhas, do medo que calava a boca das pessoas, da inexistência de saídas. E que até falava de amor o que demonstrava claramente que ele era um subversivo. (DUARTE, 2012, p. 17)

É inquestionável, portanto, que a imigração de Marina foi marcada por grande ruptura das relações sociais, o que faz a sua partida para Lisboa ser mais dolorosa por ter perdido o tio e por não ter ideia do que poderia ter ocorrido com o seu namorado, Pedro, tendo apenas a suposição de que ele pode ter sido enviado para as Lavouras de São Tomé, onde muitos eram obrigados a trabalhar até morrer.

1.4 Lisboa como espaço de opressão e resistência

Que viagens clandestinas haveria para ela? Em que guerras lutaria, que Áfricas, que Europa poderia desvendar? (DUARTE, 2012, p. 28).

Através da leitura do romance, pode-se perceber que, no começo, Marina não se sentia preparada para realizar a diáspora para Lisboa desconhecida, já que a protagonista viveu esse momento de emigração em uma aura de grande preocupação e tristeza, porque estava deixando

Cabo Verde por meio de uma ruptura com as pessoas que amava e admirava. Contudo, ela se sentiu mais confiante com o projeto de emigrar para descobrir as lutas que enfrentaria para poder continuar o trabalho de libertação das ilhas, que não foi lograda pelas pessoas que amava.

A oportunidade de estudar em Lisboa, alternativa viável para parte dos estudantes cabo-verdianos no período colonial, permitiu que Marina conseguisse, de certa forma, “superar” o suicídio do tio e o fato de não saber o que aconteceu com Pedro após ser levado preso pela PIDE, no Mindelo:

Em março, abril daquele ano e de uma forma assombrosa, a preparação das frequências, a companhia de Francisco, os treinos de basquete com outras colegas vindas das colônias e a movimentação clandestina, tinham miraculosamente feito desaparecer o terror incrédulo, o desgosto mergulhado em lágrimas e a tristeza desconsolada que se tinha abatido sobre Marina a quase simultaneidade das notícias da prisão de Pedro e a morte do tio. (DUARTE, 2012, p. 35 e 36).

Quando a protagonista cursava os primeiros anos de faculdade, ficou deslumbrada com a vida lisboeta, com “as suas luzes, as suas riquezas supérfluas, a intensa vida intelectual, tudo a fascinava. (...) Lisboa era a cidade-mito, o símbolo da Europa distante, mas que, com esforço e perseverança, atingiríamos um dia” (DUARTE, 2012, p.44).

Essa perspectiva idealizada da vida lisboeta foi quebrada quando Marina começou a perceber que sofria um "racismo na negativa por parte de seus colegas” e quando ela “começou a ler e a ter consciência da magnitude da problemática do racismo” (DUARTE, 2012, p. 43). Ela ampliou os seus horizontes também quando conheceu Dauto, um militante angolano e futuro namorado, que era um grande defensor das teorias antirracistas e que tinha os irmãos mais velhos lutando pelo MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola.

Esse cenário possibilitou que ela se engajasse mais na luta política por libertação e se tornasse mais madura, ao mesmo tempo em que construía a sua identidade. Lisboa acabou sendo um espaço de resistência política, tanto para os jovens estudantes portugueses, quanto para os alunos cabo-verdianos e de outras nacionalidades.

Através do contato com a literatura negra, feminina e marxista e do apoio do amigo angolano, Marina deu fim àquele tempo de possível assimilação cultural e racial. A partir dessa consciência antirracista e feminista, “África brotou em Marina, no sangue reprimido, do negro exaltado, em Fanon, em Aimé Cesaire, em Eldridge Cleaver da ‘rainha-mãe, mulher d'África, irmã da minha alma, esposa negra da minha paixão, meu eterno amor. África conquistou-a para sempre” (DUARTE, 2012, p.44). Uma educação crítica e o engajamento nas lutas políticas fomentaram Marina a reencontrar “sua condição africana, o seu querer, o seu amar” (DUARTE, 2012, p.44).

Segundo Accornero (2009), nos anos que precedem a Revolução dos Cravos, os estudantes utilizavam cada vez mais os seus recursos para atingirem a população no geral, com o objetivo de divulgarem e defenderem as suas reivindicações, principalmente frente a uma imprensa conservadora que os desvalorizava. Na difusão de suas pautas políticas e sociais, os discentes usavam de comunicados (como pichações, panfletos e manifestações) em:

Uma linguagem abertamente radical e revolucionária, defendendo-se posições concretas. O tema mais presente nos comunicados era a denúncia da política portuguesa em África, também através de detalhadas informações providas dos principais diários internacionais, juntamente com a acusação da acção repressiva da polícia contra os estudantes (p. 216 e 217).

E Marina acordaria a pensar se diria que sim ao Dauto. No fundo, sabia que o sim já estava dito, o consentimento inscrevera-se -lhe no gesto, havia já alguns dias quando os dois corriam de mãos dadas, apertadas, juntamente com centenas de outros estudantes quando polícia carregara sobre os manifestantes reunidos na **Praça do Chile numa das maiores demonstrações contra a guerra colonial** que Lisboa conheceu naqueles anos agitados que precederam o 25 de Abril. (DUARTE, 2012, p. 37- grifos nossos).

Tendo ainda como base a tese de Accornero (2009), nos anos de 1973 e nos anos subsequentes, os estudantes continuavam quase que todos os dias criando ações contra o governo português por meio de manifestações espontâneas, meetings, protestos e ações contra bancos: “Estava-se a forjar um repertório de contestação que tinha como cenário cada vez menos as instalações universitárias e cada vez mais as ruas da cidade, antecipando a vaga de mobilizações urbanas que caracterizaram os anos da revolução.” (p. 225). Essa situação está representada na narrativa no seguinte trecho:

A multidão avançava e avançava. Uma imensa mole humana enchia completamente **a Praça do Chile** e as artérias circunvizinhas. Subitamente os tiros, os cães soltos, as correrias... Era essa a guerra possível, a guerra que faziam os que não tinham ido para a guerra. Ou pelo menos que ainda não tinham ido. Marina já fora aliciada, mas era tão jovem, tão jovem (DUARTE, 2017, p. 37 - grifos nossos).

De acordo com Accornero (2009), no começo de 1974, Lisboa estava agitada devido à efervescência estudantil que havia permanecido dos anos anteriores. Vale ressaltar que a luta contra o regime colonial se acentuava cada vez mais e foi uma das justificativas que esteve no fundamento de uma ampla manifestação feita na Praça do Chile, em 12 de fevereiro: “Alguns militantes do grupo foram presos, sendo conhecidos no meio estudantil como alguns dos principais agitadores” (p. 225).

Segundo Teixeira (2016), a Suécia também se aliou à luta por libertação dos países africanos, em especial na revolução que ocorria na Guiné-Bissau. Quando o partido Social Democrata estava no poder, no começo de 1968, eles apoiaram a luta do PAIGC dando parte

do seu Fundo Internacional de Solidariedade. Esse partido fez as primeiras doações em dinheiro para auxiliar nos serviços assistências como saúde e educação das zonas livres de Guiné-Bissau.

Nos meses em que Marina permaneceu em Estocolmo:

teve todos os apoios que um país realmente preocupado com o bem-estar dos cidadãos poderia proporcionar: subsidio de alimento, creche, bolsa de estudo para que ela pudesse terminar o curso de assistente social iniciado em Lisboa, tudo foi posto à sua disposição (DUARTE, 2012, p. 49 e 50).

Marina conseguiu migrar para a Suécia de Olof Palme⁶, onde teve assistência médica e oportunidade de ter uma gravidez tranquila durante os meses que permaneceu em Estocolmo. Vale a pena destacar que Olof Palme foi primeiro-ministro da Suécia e um grande amigo de Amílcar Cabral. A partir dessa amizade, houve um grande envolvimento da Suécia com o grupo político PAIGC, mas sem se inserir na luta armada, apenas auxiliando na educação e na saúde. Friza-se, desse modo, que a protagonista estava recebendo asilo político, porque a Suécia era um país que apoiava a luta por libertação de forma solidária e não armada. Mas, apesar de todo o conforto, Marina sabia que não poderia permanecer naquele país, porque ela havia feito uma promessa a si e, indiretamente, para os seus amigos, que iria lutar diretamente no PAIGC para tornar o idealismo que movia a todos, em realidade, pela construção de uma sociedade mais justa:

Quando Djamilia completou seis meses de idade, Marina partiu para Conakry. Ela sentiu que devia isso a todos que, sobretudo em Lisboa, tinham acreditado nela e tinham-se arriscado para que ela pudesse deixar Portugal. Tinham-lhe mesmo pedido que não se deixasse seduzir pelo sonho de ficar na Europa. Como agora escolher a relativa tranquilidade de Estocolmo, embora já trabalhando diretamente no PAIGC? O que faria ela do idealismo acalentado desde sempre na procura de uma sociedade mais justa, sobretudo, desde o dia em que Pedro lhe confidenciara a fuga planejada? (DUARTE, 2012, p. 50).

Por essa razão, a personagem principal voltou para o continente africano, mais precisamente para Conakri, atual capital da Guiné. Nesse período, ela percebeu que o país estava em momento de reconstrução, mas ainda travando duras batalhas contra o regime colonial, que cometia atrocidades com a população, como pendurar os corpos daqueles que eram suspeitos de dar um golpe de Estado pelas ruas. Esse cenário de luta era visível na Guiné-Conakri, mesmo tendo alcançado a independência em 1958.

⁶ Sven Olof Joachim Palme foi um político de nacionalidade sueca. Ele foi membro do Partido Operário Social-Democrata da Suécia, além de ter sido o primeiro-ministro da Suécia entre 1969 e 1976 e novamente entre 1982 e 1986, ano em que foi assassinado à saída de um cinema em Estocolmo, por questões políticas.

No período em que residiu em Conakri, a protagonista viveu de forma bastante sacrificada, porém com felicidade, porque ela conseguiu de forma completa reencontrar as suas raízes africanas: “Ela compreendeu porque há tanto tempo o poema *Je vous remercie mon dieu de m avoir crée noir*⁷ tinha se tornado o seu hino preferido (DUARTE, 2012, p.45). Pode-se perceber que todo processo que levou a personagem principal a Conakri tornara-a mais forte e livre dos preceitos racistas e patriarcais que a circundavam tanto em Cabo Verde quanto em Lisboa. Na época em que Marina migrou para viver nas zonas livres de Bissau, ela ampliou o seu amor por suas origens e se reafrikanizou, um dos princípios propostos por Cabral.

Em face do que foi exposto, o romance *AC* dialoga claramente com a história de resistência das colônias, já que traz para o universo literário acontecimentos que precederam a Revolução dos Cravos, ao mesmo tempo em que visibiliza os mecanismos que os jovens africanos utilizavam para derrubar o Estado ditatorial e colonial português. Por intermédio da educação, os africanos residentes de Lisboa se libertaram dos ideais eurocêntricos e, como consequência, passaram a buscar mecanismos que emancipassem os seus compatriotas da dominação colonial.

1.5 Representação da identidade crioula e a literatura cabo-verdiana

De acordo com o texto *Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde*, de José Carlos Gomes Anjos (2003), os intelectuais cabo-verdianos não encaram a crioulação de sua nação em uma perspectiva da assimilação cultural, mas por meio de uma ótica antropofágica (ANDRADE, 1928). Eles acreditam que a mistura é feita em torno de uma relativização das culturas (africana e europeia). Tais culturas são vistas como sendo resultado de uma combinação e não como a sobreposição de uma à outra. Tal sociedade conseguiu incorporar, absorver, processar a cultura europeia e africana e transformar em algo nacional. Portanto, as manifestações culturais, literárias e linguísticas são simbolizadas pela pluralidade e não pela negação de uma em detrimento da outra.

Retomando a perspectiva da antropofagia que consiste na prática de o colonizado deglutir a cultura do colonizador, processá-la e convertê-la em algo original, percebemos que os modernistas brasileiros, assim como os cabo-verdianos e guineenses, têm em sua gênese

⁷ *Agradeço meu deus por me criar negra* (Tradução nossa).

cultural marcos da cultura europeia; isso é uma característica indissociável, isto é, assumir uma identidade cultural também exige que se compreenda o fato de a cultura europeia ainda ser, em parte, responsável pela formação daquela sociedade.

No entanto, os portugueses deixaram marcas das suas tentativas de assimilar o arquipélago, por exemplo, ao propagar a religião católica em todas as ilhas – em detrimento daquelas advindas dos povos africanos – e nomear ruas com os nomes das figuras históricas de Portugal, entre outros demonstrativos de tentativas de assimilar aquela sociedade (HERNANDES, 2002).

Algumas tentativas de assimilação dos cabo-verdianos são apresentadas em *AC*, como fica evidente nos trechos a seguir transcritos:

Marina sempre sentira um especial fascínio sobre o que fora o passado das ilhas e, sobretudo, sobre o período especialmente rico e turbulento que caracterizara o último quartel do século dezenove e o primeiro quartel do século vinte, marcados pelo triunfo do liberalismo e pelo advento da primeira república em Portugal. Por isso se entusiasmava tanto com os ensinamentos do tio e se orgulhava de, entre os seus colegas, ser das poucas a saber dos jornais que nesse período se publicavam no arquipélago, jornais desempenados e de crítica acerba e mordaz à situação das ilhas. (DUARTE, 2012, p. 24).

Cultivava um rancor cético e impotente contra a situação presente que considerava marasmática e aviltante e disfarçava esse sentimento com as fugas constantes ao passado, às revoltas, às rebeliões que tinham pontuado a vida nas ilhas, aos costumes ancestrais mornados proibidos. (DUARTE, 2012, p. 33).

Em alusão a Lima (2021), no artigo intitulado *Estórias do Boi Blimundo, de Cabo Verde*: liberdade e diversidade, durante um contexto em que, erroneamente, considerava-se a fala inferior à escrita é que houve o contato entre Europa e África. Tal perspectiva só fez fomentar o hábito de (tentar) assimilar a cultura local em prestígio daquela trazida pelo colonizador, fortalecendo – por meio da perseguição a hábitos, costumes e práticas religiosas e culturas da África – a hegemonia necessária para a manutenção do *status quo* pretendido pela Europa (isto é, a posição de subalternidade africana perante o europeu). Para ilustrar essa problemática nos valem de algumas palavras de Vera Duarte, quando diz: “as festas que se faziam por ocasião da morte dos entes queridos, que pareciam desrespeito para com os mortos, pois mais não eram que a satisfação dos prazeres, mas que significavam sim a celebração da vida” (DUARTE, 2012, p. 23). Esse hábito cultural das populações tradicionais, segundo a narrativa, foi combatido pelo governo central e pela igreja. “Mas que persistem afinal, ainda que em menor escala, assumindo outras formas e envoltos em grande sincretismo” (DUARTE, 2012, p.23)

Essa situação mostra que a cultura cabo-verdiana não se assimilou, mas que reinventou as práticas sociais, culturais e religiosas por meio do sincretismo, que é caracterizado por uma conexão ou associação da praxe de duas ou mais culturas religiosas distintas, fomentando uma terceira cultura diferente das duas anteriores (ROMÃO⁸, 2018). Pode-se afirmar que o sincretismo é uma estratégia de sobrevivência para que as culturas de diferentes etnias africanas não fossem apagadas, tornando-se uma forma de resistência contra a dominação portuguesa.

Segundo o cabo-verdiano José Carlos Gomes Anjos (2003), os intelectuais de Cabo Verde encaram o povoamento das ilhas por diversas etnias (guineenses, portugueses entre outras) como uma particularidade da identidade nacional. A violência simbólica e física da colonização apagou grande parte da memória étnica dos descendentes de escravizados. Mas essa situação é interpretada pela elite cabo-verdiana de forma “positiva”, como se houvesse uma fusão da cultura europeia com as culturas africanas.

Sob essa perspectiva de uma unidade nacional, eles não encaram a falta de um único repertório histórico como uma debilidade, porque essa circunstância é superada por uma unidade cultural e nacional, diferentemente do que acontece com as outras nações africanas na modernidade (ANJOS, 2003).

Por isso, pode-se constatar que a discussão em relação à identidade étnica é substituída pela de identidade cultural (ou nacional). Isso significa que “a identidade dos insulares, não se resume numa coisa nem noutra: ela é simplesmente cabo-verdiana” (FURTADO, 2012, p. 147). A variação entre africanidade, cabo-verdianidade e europeidade não significa ser “branquidade/crioulidade-mestiçagem/”negritude”. Isso mostra que esse país não se importa com a questão da cor analiticamente e discursivamente. “A não polarização analítica, em termos de identidade étnica e racial, é quase uma transversalidade em toda a história de Cabo Verde, e em todos os estudos sobre o país” (FURTADO, 2012, p.150). Isso faz com que os estudos em Cabo-Verde sejam, sobretudo, em relação à mestiçagem e à crioulização. Os estudos relacionados à mestiçagem se referem a uma concepção sociológica e não fenotípica, enquanto as análises sobre a crioulização são polissêmicas, alterando de interpretação conforme os autores e o período histórico.

A crioulização dessa sociedade ocorre como um processo de hibridização étnica: “Alguns não vêm a crioulidade como uma especificidade insular, mas antes como um traço de formações sociais que se constituem em espaços ilhéus, resultantes de um povoamento interétnico e intercultural” (FURTADO, 2012, p.160).

⁸ ROMÃO, Tito Luiz Cruz. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos.

Contudo, o arquipélago buscou mais a sua africanidade no período de Guerra Colonial e pelo incentivo de Amílcar Cabral, líder do PAIGC. Segundo Gomes (2008, S/P), Amílcar buscou evidenciar que a cultura deveria ser o que movimenta a ideia e o sentimento de libertação colonial, porque seria apenas pela conscientização da população que a realidade dos africanos iria melhorar.

De acordo com Andrade (2018, p.31), “figuras de importância histórica, como o próprio Amílcar Cabral, souberam conduzir a mudança de alinhamento político do grosso da população de forma que essa mudança se desse não só no plano político, momentâneo, mas também no plano cultural, que tende a ser mais duradouro e a ter mais impacto nas gerações futuras.”

No texto literário analisado, pode-se compreender, também, que a obra revela a criouliização da população cabo-verdiana, por não pontuar as cores das pessoas, os traços, os cabelos, ou seja, o fenótipo dessa população. No romance não são apresentadas as características físicas de Marina em seu país natal; sua cor da pele é apenas mencionada quando foi morar em Lisboa, devido ao fato de ter sofrido um racismo mascarado por suas colegas portuguesas. O conceito de raça, portanto, não é operacional para a concepção de identidade cabo-verdiana.

É possível observar, na referida obra, a ideia proposta por Cabral de criar uma literatura cabo-verdiana com valores decoloniais. A escritora Vera Duarte conseguiu mesclar essa concepção literária e política dialogando sobre a diversidade social e cultural do país, a diáspora, a situação de insularidade, o isolamento, as secas, a mestiçagem, a desigualdade social e de gênero.

De acordo com Manuel Veiga (1998, p.8), a insularidade desse arquipélago se apresenta como o resultado da luta e dos próprios problemas que nascem no chão dessa nação, além de ser “um protejo inacabado cujos traços ganham forma e conteúdo dos contornos da criouliidade, alguns dos aspectos mais importantes da viagem por ela empreendida desde o caos inicial que a condicionou até ao magma atual que a caracteriza e projeta”.

A meu ver, no entanto, a insularidade da criouliidade extravasa o sentimento de solidão e de nostalgia, emergente do acanhado espaço geográfico das ilhas, para incorporar outros aspectos resultantes tanto da dialéctica entre a imensidade do mar arquipelágico e a pequenez das ilhas retalhadas que as ondas << afogam e afagam >>, como também entre a grandeza do sonho ilhéu que não se conforma com a medida da ilha e os problemas sociais, políticos e culturais de que as mesmas têm sido palco. Na verdade, como cheguei já a afirmar, em outro lugar, a fome existencial do ilhéu ultrapassa os limites da estreita fronteira contornada pelo mar para se projectar na procura do mais além. O visível não lhe chega, ele tem necessidade do imaginário. Este, por sua vez, não sacia a sua sede. Ele se sente atraído pelo real existente que transborda a medida da ilha (VEIGA, 1998, p.7).

A questão da insularidade se relaciona com a formação nacional, sendo desenvolvida pela literatura cabo-verdiana. O mar, que envolve o arquipélago, marca um papel crucial na rotina dessa sociedade por estabelecer margens e passagens, compondo a dupla ação de unir e distanciar. Essa situação é representada no romance em análise, porque inicia os primeiros capítulos com a protagonista refletindo sobre as problemáticas da ilha e sobre a sua diáspora a partir do grande porto de Mindelo.

Um outro aspecto importante da literatura cabo-verdiana que está sendo abordado nessa obra de Duarte é a seca, além da fome, causadas devido ao efeito climático ou pela desigualdade social, consequência do abandono da metrópole que antecede a independência. Tais questões estão sendo apresentadas na obra quando a protagonista perde a amiga da escola, Luísa, por não ter tido um tratamento adequado para tuberculose pulmonar pelo sistema médico do país. A seca é abordada por contextualizar o próprio nascimento da protagonista, porque ela nasceu em um dos períodos mais secos do país.

Portanto, AC é um romance histórico pós-colonial que demonstra luta por libertação, com o intuito de visibilizar a contribuição feminina na história de resistência de Cabo Verde, mas é também um texto que trouxe os aspectos sociais, literários, políticos e históricos da nação cabo-verdiana naquele período.

2 A GUERRA COLONIAL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES: A FORÇA DE MARINA

Nesse romance, a personagem principal representa as figuras femininas que lutaram junto com o PAIGC para que sua terra] de origem deixasse de ser colônia portuguesa e parasse] de sofrer a opressão do Estado Novo. Segundo a dissertação *A participação das mulheres na construção da História de Cabo Verde*, de Gleciane Brandão Carvalho (2018), nesse período, as mulheres ganharam grande visibilidade e trabalharam com o mesmo empenho do que os homens na luta de libertação de suas nações. Porém, devido a questões estruturais – presentes não somente na sociedade cabo-verdiana –, tal participação feminina não tinha a devida visibilidade por causa de fatores de inúmeras ordens, mas principalmente a dominação masculina.

De acordo com Tedeschi (2012), a dominação masculina utiliza a teoria da divisão sexual de trabalho para postular que a natureza dos corpos masculinos e femininos é distinta: os homens seriam mais aptos para trabalhar fora e sustentar as suas famílias do que as mulheres. Essa visão apresentada pelo patriarcado é justificada pelo fato de as mulheres terem um corpo adaptado para gerar um filho e, por isso, deveriam ficar restritas ao lar. No entanto, tal dominação não indica que a divisão sexual do trabalho está ligada à:

formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino, está ligada a fazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que os homens são destinados a funções mais qualificadas e mais valorizadas, as do/no espaço público (TEDESCHI, 2012, p. 29).

Marina, a personagem, percebeu de forma mais notória a dominação masculina quando começou a se interessar por literaturas feministas na faculdade. No entanto, após a independência, ela tinha a convicção de que a sociedade cabo-verdiana havia se tornado mais igualitária, os homens já não tinham os mesmos comportamentos adúlteros e as mulheres não aceitavam passivamente os casos extraconjugais e a violência doméstica.

Pode-se compreender, também, que a luta por independência foi essencial para fomentar uma mentalidade mais crítica nas ex-colônias e, principalmente, na forma de perceber a mulher nessas sociedades, já que elas conseguiram postos importantes na guerra colonial com o partido PAIGC. Segundo Carvalho (2018), muitas cabo-verdianas e guineenses foram para a linha de frente da batalha. Algumas dessas mulheres cuidavam dos feridos e aquelas que possuíam o

ensino regular ou superior lecionavam para as crianças e jovens que estavam nas zonas livres de conflito, com o intuito de promover descolonização das mentes e, assim, criar pessoas que sejam conscientes de sua história e de seus direitos.

Quando ainda era moradora da ilha de São Vicente, Marina sabia que a situação das mulheres estava prestes a mudar, mesmo que lentamente, porque a guerra colonial não as libertaria apenas do colonialismo, mas, provavelmente, da dominação patriarcal. Essas situações exemplificam que a protagonista sempre refletiu sobre as relações de gênero:

Marina lia muito e desde que começara a dar-se com Pedro que este a ia mantendo informada do que se ia passando pelo mundo através das rádios que clandestinamente sintonizava. Sabia que a situação das mulheres estava a mudar e tinha a profunda percepção de que, desta vez, não se tratava só de casos individuais (DUARTE, 2012, p. 19).

A geração de Marina que já não queria a salvação individual. Penduradas por aí, uns quantos nomes ao longo da história davam-lhes a confortável certeza que, afinal, as mulheres sempre existiram. Dos confins da história, em ondas e odes de beleza, eternizou-se o nome de Safo pelo dom da escrita. A rainha Ginga ficou gravada pela arte de governar num continente onde os nomes se perderam. E pioneira, Eva Curie simbolizava que a ciência antes não se escrevera só no masculino. Foi assim que Angela Davies se converteu numa amiga com se comunicava pela leitura bem como com Simone de Beauvoir e Sartre. Foi assim que Eldridge Cleaver de *Un Noir á L'ombre sua banquinha de cabeceira* a Bíblia desaparecida na voragem dos anos sessenta (DUARTE, 2012, p. 38).

Contudo, depois do choque de saber que o seu marido a traía, ela se sentiu deslocada, mas, com o tempo, foi aprendendo a lidar com o sentimento de ser enganada pela pessoa que amava. Alguns meses mais tarde e mais conformada com o caminho que a sua vida havia tomado, Marina conheceu um rapaz chamado Vasco em um restaurante italiano, onde eles começaram a se encontrar para conversar e tomar café e, a partir disso, apaixonaram-se.

Mesmo apaixonada por ele, Marina não queria manter um relacionamento com Vasco estando casada com Pedro. Por essa razão, pediu o divórcio, mas seu atual marido não aceitou e isso criou um abismo maior entre eles. Depois dessa situação, ela optou em dormir em quarto separado e, começou a se relacionar às escondidas com Vasco, porém por um curto período, porque a protagonista temia ser julgada por ter o mesmo comportamento do que os homens e, sendo uma pessoa que trabalhava diretamente em uma instituição pública, as acusações de adultério poderiam se tornar públicas:

um medo enorme de que o seu comportamento pudesse ser mal interpretado mio a deixava fazer o que muitas vezes a sua natureza alegre e expansiva lhe pedia "Já vês, essas mulheres com manias de emancipação o que elas realmente querem liberdade para fazerem o que quiserem", seria, sem dúvida, comentário maldoso e mesquinho que alguns aproveitariam para fazer a qualquer atitude dela. (DUARTE, 2012, p. 66)

A protagonista tentou evitar se apaixonar por Vasco, mas a atração física, emocional e intelectual entre eles era maior do que qualquer julgamento. Contudo, a partir desses sentimentos, ela começou a se gostar mais e a perceber que poderia ser uma mulher realizada na área profissional e familiar, mesmo não estando em uma relação estável. Por isso, ao mesmo tempo em que superava esse período conturbado do casamento, crescia profissionalmente, sendo convidada, no futuro, a se tornar candidata à presidência da república:

Marina deu-se conta, então, de que nem para si própria ousava confessar o que sentia, porque representava ambição e a ambição, parece, estava vedada as mulheres ou porque representava paixão e esta, mais que qualquer outro, era território interditos. [...] *Nessas alturas, ela abençoava a carreira profissional que desde cedo abraçara e que tanto a compensava e compreendia o desespero e a frustração que se apossava das mulheres que não tinham tido a sorte de ter uma vida profissional ativa.* (DUARTE, 2012, p.65 - grifos nossos)

Marina, quando passou por uma crise em seu casamento, percebeu de modo mais crítico como a sua educação moldou a sua personalidade. Essa situação, de certa forma, trouxe como consequência frustrações por ter sido ensinada a agir conforme as regras e não poder expressar os seus verdadeiros sentimentos, porque viveu em uma vida baseada em ser correta e comedida. Por isso:

Paradoxalmente, por vezes também lhe apetecia viver a vida de forma desprendida, ser coquete, ser moleque, deitar-se à sombra da bananeira e só desfrutar. Será que algum dia conseguiria? A sua vida nunca passaria de um suceder de situações ordenadas, banais, corriqueiras. (DUARTE, 2012, p. 64).

No entanto, segundo o texto *Militantes invisíveis: os cabo-verdianos e o movimento independentista (1956-1974)*, de Ângela Sofia Benoliel Coutinho (2020), quando a guerrilha se tornou plenamente ativa no território da atual Guiné, a participação de mulheres com nacionalidade guineense foi bastante expressiva. A luta armada aconteceu no território da Guiné, porque Cabo Verde é um arquipélago, naturalmente sem lugares para que os guerrilheiros se escondessem nas matas. Ainda assim, as mulheres cabo-verdianas contribuíram, da mesma maneira que as guineenses, embora essa contribuição feminina com o “movimento independentista levado a cabo pelo PAIGC [tenha] passado largamente [despercebida], sendo normalmente referidos poucos nomes” (COUTINHO, 2020, p. 6).

Cabe lembrar que Guiné-Bissau e Cabo Verde possuem uma forte relação, porque grande parte do povoamento do arquipélago foi realizada mediante o sequestro dos guineenses pelos portugueses na época colonial (LIMA, 2019). Devido à forte ligação existente entre os

citados territórios, os militantes e intelectuais promoveram a união entre aqueles povos para que lutassem pela libertação.

O principal líder do movimento independentista, Amílcar Cabral, guardou o maior número de documentos sobre o PAIGC, “como fotografias, cartas e actas de reuniões, assim como a participação em conferências internacionais em representação partidária” (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, [s.d], apud COUTINHO, 2020, p. 6), o que possibilitou descobrir a participação de algumas militantes cabo-verdianas na luta pela libertação:

Com efeito, no âmbito do mesmo estudo (BENOLIEL COUTINHO, 2017) foram identificadas 57 mulheres cabo-verdianas ou descendentes de cabo-verdianos que militaram formalmente em células clandestinas do PAIGC, em Cabo Verde ou na Europa, no território de guerrilha da Guiné-Bissau ou na sede do partido em Conakry, e ainda nas suas representações em diversos países (COUTINHO, p. 6, 2020).

É possível visibilizar informações da presença política de algumas mulheres cabo-verdianas, que a contribuição foi enormemente apagada por muitos anos. Em *AC*, como foi desenvolvido ao longo da dissertação, resgatou-se a memória histórica por meio da metaficcionalidade histórica pós-colonial, que objetiva investigar os apagamentos do passado, criar uma paródia dos eventos históricos e promover várias possibilidades no universo literário, ao mesmo tempo em que se revisa os acontecimentos do passado.

Pela formação superior que obteve e por tudo o mais que vivenciou politicamente, Marina se sentia feliz por ter tido a oportunidade de estudar e de ter um ofício, levando-a ser reconhecida por seus feitos na administração pública do arquipélago e se tornando a primeira mulher a ser convidada a se candidatar à presidência de Cabo-Verde. Através dos anos, tornava-se mais sábia, calma e resiliente, porque superava com coragem um dos momentos mais difíceis da sua vida, a separação:

Efetivamente, as necessidades de se alhear o mais possível do seu problema pessoal fizeram com que se entregasse com redobra ao amor ao trabalho de que já tanto gostava. A sua reputação de boa profissional consolidou-se ainda mais e ela viu-se insistentemente convidada para novas funções. As filhas, a quem sempre dedicara o melhor de si, eram o objeto principal da sua ternura e tomavam muito da sua atenção embora estivessem a ficar cada vez mais independentes. Já sabiam da situação entre os pais, mas não falavam muito sobre ela (DUARTE, 2012, p.74 e 75).

Pelo exposto, os romances cabo-verdianos escritos por mulheres dão uma perspectiva mais humanizada ao gênero feminino. Por meio da leitura dessa obra, percebe-se que a mulher é capaz de manter a serenidade e a inteligência para superar o fim do casamento e outras adversidades que possam aparecer na sua vida. Isso significa que o livro evidencia que o gênero

feminino é capaz de ressignificar a sua própria história e por isso tal obra demonstra ser um romance que não estereotipou os desejos, as emoções e nem as escolhas das mulheres.

2.1 Fundação do PAIGC e Amílcar Cabral

Segundo Hernandez (2002), Portugal se tornou república provisória em 1910, mas isso não mudou a realidade social das colônias na África. Esse governo provisório afastou de vez o governo monárquico. Contudo, a mudança de governo não gerou mais autonomia e direitos no arquipélago e nas outras nações africanas.

Por mais que a sociedade de Cabo Verde, em sua maioria, não soubesse ler e escrever em português (comunicando-se apenas oralmente) naquele período, a mídia foi um grande veículo de transmissão de ideias nacionalistas. A imprensa conseguiu unir as pessoas por apresentar problemas que eram comuns a todos. Os principais jornais daquele momento foram *A voz de Cabo Verde* e, mais tarde, *Manduco*, mas os ideários desse grupo de jornalistas não foi bem recebido pelo governo e pelos jornalistas lisboetas, chamando os cabo-verdianos de “nacionalistas rubros, caracterizando-os pelo ódio que teriam do branco” (HERNANDEZ, 2002, p.132).

O comando autoritarista do Estado Novo trouxe mais problemas às colônias e aumentou o desrespeito. Portanto, somente a tomada de consciência não mudaria a realidade social desses países. Por isso, na metade do século XX, começaram a surgir os movimentos de independência no continente africano. Em 19 de setembro 1956, precisamente, na capital Bissau, ocorreu a fundação do PAI- Partido Africano de Independência pelos intelectuais Amílcar Cabral, Luiz Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Júlio Almeida e Elysée Turpim. Esse partido foi instituído com o intuito de ser anticolonialista e para pôr fim à colonização portuguesa em Cabo-Verde e Guiné Bissau. Segundo alguns pesquisadores como Duarte Silva (1997), a base do partido era marxista-leninista. Contudo, Amílcar Cabral nunca concordou com essa ideia, até porque, ele acreditava que a teoria de Karl Marx funcionava apenas para o continente europeu e não para a África (CASSAMA, 2014).

Segundo as palavras de Amílcar Cabral, a reunião de 19 de Setembro de 1959 foi a mais decisiva da história do Partido, porque foi nesta reunião que foi preparada a passagem da agitação nacionalista para a estratégia de luta de libertação nacional, e onde foram adotadas três importantes decisões: o Partido deslocaria as ações para o campo (zona rural), mobilizando os camponeses, preparar-se para a luta armada, e

transferir parte da direção para o exterior (DUARTE SILVA, 1997, p.43 Citado por Cassana, 2014, p. 69)

Após alguns meses, o PAI realiza em Dakar no Senegal uma nova reunião, denominada de *Conferência de Quadros Organizações Nacionalistas*, que tinha por objetivo escolher e preparar medidas que buscassem concretizar a luta por libertação. Nesse encontro com os dirigentes, também, foi mudado o nome do partido, PAI se tornou PAIGC- Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde, como um modo para diferenciar do PAI- Senegalês e para demarcar que a luta se referia aos territórios mencionados. Por meio do comando de Amílcar Cabral foram aprovados Programas Maior e Programa Menor do partido, assim como foi escolhida a bandeira do movimento político e abertura de negociações com o governo português:

Nesta mesma reunião foram aprovadas novas Mensagens a distribuir no interior por várias camadas da população. Amílcar Cabral foi designado formalmente como secretário-geral do PAIGC. O Partido pretendia ter a seu favor cerca de cinco mil membros, espalhados pelas diferentes regiões da Guiné-Bissau e pelos principais centros de Cabo-Verde, e obter apoio no seio de todas as camadas sociais, e ficou decidido que a base do Partido seria no exterior (Conacri- Dakar), para melhor organizar a luta armada (CASSANA, 2014, p.70).

Amílcar Cabral planejou uma luta que unisse diferentes territórios com objetivo de trazer a independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau, conseqüentemente, das outras nações africanas. Mesmo no território cabo-verdiano, onde não haveria a possibilidade de criar a luta armada, foram realizadas ações semiclandestinas para desestruturar o governo português no arquipélago. A base do partido foi fora dos territórios de Guiné e Cabo Verde devido ao apoio que dos governos dessas cidades (Dakar- capital do Senegal e Conacri- capita da Guiné) davam ao PAIGC. Essa luta não foi realizada apenas pelas camadas mais instruídas da sociedade, mas por todos os extratos sociais; era uma luta que estava sendo realizada devido ao apoio da população.

Quando a república portuguesa se tornou uma ditadura, Cabral viu a chegada dos militares à ilha, o autoritarismo e o descaso do governo com os problemas sociais climáticos que circundavam o arquipélago:

É importante salientarmos aqui que a defesa da unidade africana de Amílcar Cabral/PAIGC, antes de mais nada, passava pelo projeto de unidade entre Cabo Verde e Guiné-Bissau. Amílcar Cabral/PAIGC consideravam a união ou coordenação entre os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde um dos primeiros passos rumo a libertação africana (CASSANA, 2014, p. 82).

Em 1961, o PAIGC tentou mais uma vez fazer um acordo diplomático com o governo português, porém não foi logrado o diálogo entre eles. Esse movimento político endereçou uma carta a ONU, informando que a luta por libertação continuaria. Mesmo com todas as tentativas do partido de criar um cenário diplomático e de paz com o país opressor, Portugal não cedeu. Então, em 23 de janeiro de 1963, o partido iniciou a luta armada (CASSANA, 2014, p.72).

A luta armada de libertação nacional começou no dia 23 de Janeiro de 1963 com o ataque realizado pelos homens do PAIGC ao quartel de Tite, na margem sul do rio Geba, onde era o comando de um batalhão português. A guerra se desenvolveu rapidamente em todo o território nacional, o que levou Amílcar Cabral a afirmar que “foi mais a luta armada que se integrou na população que a população que se integrou na luta armada. Havia dezenas e dezenas de jovens prontos a combater, mas não dispúnhamos de armas” (Duarte Silva,1997, p.48). As forças portuguesas haviam sido surpreendidas, pois não esperavam tanta ousadia da parte do PAIGC (CASSANA, 2014, p. 72).

A luta armada foi feita com base estratégica com o intuito de encontrar o batalhão português de forma desprevenida, já que o partido estava na desvantagem devido à falta de armamento. A surpresa é que dezenas de jovens aderiram à luta colonial e participaram do combate. Tal situação confirma mais uma vez que a população estava de acordo com a guerra colonial.

Os membros do PAIGC, com o início da luta armada que duraria aproximadamente onze anos, atravessaram diversos países em busca de mais assistência financeira e apoio político, ao mesmo tempo que denunciaram as barbaridades do colonizador. Por meio dessa movimentação, o partido conseguiu apoio considerável que lhe possibilitou fortalecer e acentuar a luta no território da Guiné-Bissau, gerando várias derrotas ao exército português (CASSAMA, 2014).

Essa situação de batalha e diplomacia permitiu que em 1973, o governo guineense se autoproclamasse livre do jugo colonial português e cerca de um ano depois, em 1974, Portugal reconheceu o status livre dessa nação. Depois disso, o PAIGC estava buscando libertar Cabo Verde e as outras nações africanas, mas em 1974 ocorreu a Revolução dos Cravos que deu fim à ditadura e o colonialismo português, evitando que mais pessoas morressem à procura de liberdade.

Amílcar Cabral conseguiu difundir as suas percepções e ideias de libertação para a população de Cabo Verde, Guiné-Bissau e por toda a África. Esse dirigente conquistou o apoio nacional e internacional, o que possibilitou criar “o partido mais bem sucedido na África e foi o primeiro a ganhar independência por meio de luta armada” (CASSAMA, 2014, p. 81)

2.2 Mulheres armadas contra a opressão

Um dos focos do romance é retratar a luta de independência das colônias através da ótica feminina, já que as mulheres tiveram papel crucial na luta por liberdade de seus países e foram esquecidas. Isso foi retratado por meio da construção da protagonista, das personagens secundárias como Professor Joaozinho, Pedro, Dauto, Cabral, etc e dos cenários que foram criados de acordo com os documentos e dados históricos, oferecendo ao leitor uma noção da vida e da participação direta e indireta das mulheres cabo-verdianas na guerra colonial, não só por uma questão de verossimilhança, mas para revisar os fatos que são contados sobre a luta por independência pelo grupo que está no poder.

Tendo como base Lerner (1990), afirmamos que essa situação de apagamento da participação das mulheres na história da humanidade e a subordinação delas existe desde a antiguidade, antes mesmo da concepção de civilização ocidental e oriental. Até um passado recente, essa conjectura de apagamento se efetuava porque apenas os homens atuavam como historiadores. Eles registravam o que haviam realizado, conquistado, explorado e mudado na realidade mundial. Os homens que dominavam a história e decidiam quem era os protagonistas. Consequentemente, as contribuições das mulheres não foram descritas, muito menos mencionadas na história por eles. Esse cenário se justifica também porque os intelectuais, em tempo não tão longínquo, encaravam as mulheres como desnecessárias e as suas ocupações eram referidas como sem importância para a construção da sociedade:

Por consiguiente, el registro del pasado de la raza humana que se ha escrito e interpretado es sólo un registro parcial, pues omite el pasado de la mitad de la humanidad, y está distorsionado, porque narra la historia tan sólo desde el punto de vista de la mitad masculina de la humanidad. Oponerse a este argumento, como a menudo se ha hecho, diciendo que a muchos grupos de hombres, posiblemente a la mayoría de los hombres, se les ha eliminado durante largo tiempo del registro histórico a causa de las interpretaciones tendenciosas hechas por intelectuales que actuaban en representación de las pequeñas elites en el poder, es obviar la cuestión (LERNER, 1990, p. S/P).

Homens e mulheres são discriminados na história devido à classe social, etnia, opção sexual, entre outros fatores de segregação. No entanto, vale ressaltar que apenas as mulheres foram ocultadas dos registros históricos devido ao gênero⁹, sendo impedidas de escrever sobre

⁹ Essa perspectiva de gênero corresponde ao século passado, período que a narrativa foi escrita e buscou representar, em que havia apenas a dicotomia de gênero masculino e feminino. Atualmente, considera-se a existência de outras identidades de gêneros, como transgênero, gênero neutro, não binário, agênero, pangênero, genderqueer, two-spirit, terceiro gênero e todos, nenhum ou uma combinação destes.

os acontecimentos do passado e do presente, seja em romances ou na criação de teorias, uma vez que não lhes era permitido entrar nas escolas¹⁰, ainda mais se fossem não-brancas, o que se caracterizava como mais um empecilho ao ingresso nas instituições de ensino. Pode-se concluir, portanto, que “o pensamento patriarcal tem obscurecido e esquecido da existência de uma história das mulheres, um fato que tem afetado enormemente o psicológico feminino e masculino” (LERNER, 1990, S/P- tradução nossa).

Por essa e outras razões, as mulheres vêm tendo experiências sociais diferentes das vivenciadas pelos homens, embora, apesar dessa adversidade advinda da subordinação, elas tenham assumido papel de atores e agentes da história da humanidade. Essa ideia de inferioridade acontece porque o patriarcado criou uma falácia, que explicitava que as mulheres eram inferiores aos homens devido a uma questão biológica, assim como fizeram com os sujeitos não-brancos a partir do século XVI (HALL, 2016). Essa diferença não era feita com bases científicas, mas por valores sociais e com a criação de uma cultura que as subordinava (BEAUVOIR, 1970).

Para Lerner (1990), o patriarcado é um sistema histórico e, por ser um processo histórico, essa instituição pode se tornar obsoleta. Caso o patriarcado fosse um sistema de “ordem natural”, poderia pressupor que ele estava fundamentado em um determinismo biológico¹¹ e, desse modo, não poderia ser modificado, porque esse sistema faria parte da genética dos indivíduos. Contudo, durante anos ou milênios, as civilizações têm mudado a estrutura social, mas essas alterações não transformaram plenamente as sociedades, já que só têm beneficiado a elite (brancos, cristãos, heterossexuais e ricos), cenário este que relega os grupos que não correspondem a esses padrões às margens, mesmo que os membros dessa parcela atuem de forma notória na transformação social.

Além disso, as mulheres são e foram a maioria na população mundial, mas nas estruturas sociais e políticas ainda são taxadas como minorias¹². Contudo, elas sempre participaram dos processos históricos, seja como protagonistas ou coadjuvantes, mas essa participação foi

¹⁰ Algumas mulheres, atualmente, ainda são impedidas de estudarem e de darem a sua opinião seja oralmente ou de forma escrita em alguns países, por questões culturais e religiosas.

¹¹ “É o fato de pensar que as diferenças genéticas determinam as diferenças culturais, ou seja, todas as diferenças entre duas pessoas seriam estabelecidas por meio dos genes.” (Dicionário Informal. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/determinismo%20biol%C3%B3gico/10062/>>.

¹² “O termo minoria refere-se, na sociologia, a grupos sociais historicamente excluídos do processo de garantia dos direitos básicos por questões étnicas, de origem, por questões financeiras e por questões de gênero e sexualidade.”

ocultada, porque elas foram impedidas de se expressarem, de conhecerem e interpretarem o próprio percurso social, como a dos outros grupos marginalizados:

Se las ha excluido sistemáticamente de la tarea de elaborar sistemas de símbolos, filosofías, ciencias y leyes. No sólo se las ha privado de la enseñanza en cualquier momento histórico y en cualquier sociedad conocida, también se las ha excluido de la formación de teorías. He llamado «dialéctica de la historia de las mujeres» al conflicto existente entre la experiencia histórica real de las mujeres y su exclusión a la hora de interpretar dicha experiencia. Esta dialéctica ha hecho avanzar a las mujeres en el proceso histórico (LERNER, 1990, p. S/P).

Com o passar dos tempos, as mulheres, assim como os outros grupos marginalizados, têm buscado lutar contra esse estado social de marginalização, tomando consciência e interpretando o porquê dessa situação de apagamento da história. Ao mesmo tempo que criam teorias, elas se inserem e modificam o sistema patriarcal; sendo assim, essa reflexão sobre a sua própria posição no mundo busca criar uma nova dialética no sistema opressor.

Por isso, tem surgido nos últimos anos escritores africanos e latino-americanos que estão em busca de contar a história de sua nação por meio de uma perspectiva mais crítica, principalmente as mulheres das pátrias livres do jugo colonial, que estão à procura de evidenciar que fizeram parte da história, apesar de toda segregação de um regime opressor. Esse é um caminho que a jurista e escritora Vera Duarte tem realizado.

Os escritores que buscam criar um novo ponto de vista sobre a história nacional, diferente daquela que foi perpetuada pelo colonizador, procuram trazer uma versão que não foi contada, como o fato de os negros (africanos e brasileiros) terem manifestado os seus desgostos sobre o sistema colonial por meio da organização e da luta contra o regime opressor, fator explicativo e ilustrativo de que a liberdade não foi concedida. Essa nova história busca apresentar, sobretudo, a participação das mulheres na construção das sociedades, na luta por independência de seus países etc. Esses poetas caboverdianos adotam essa visão com o intuito de criar um novo testemunho sobre a história do próprio país, evidenciando que a versão anterior fora realizada através do ponto de vista das elites.

Segundo Vera Duarte, em uma entrevista dada ao *Nós Diários* em 24 de abril de 2020, os novos escritores utilizam “a literatura como instrumento de denúncia social, contra as injustiças, pela liberdade e pelo amor.” Ainda segundo a autora, o processo de “dar a voz à voz das mulheres” está avançado em diferentes setores sociais, principalmente, na literatura. Essa mudança ocorre devido ao longo percurso de lutas, já que antes “se questionava se a mulher era realmente um ser humano, até a atual proclamação da Igualdade e Equidade de Género, que preenche hoje as agendas nacionais e internacionais, que as mulheres percorreram um longo caminho, semeado de sangue, suor e lágrimas”. Duarte informa ainda que atualmente está se

“travando um novo combate, contra o memoricídio, procurando dar visibilidade à participação das mulheres ao longo da história, que foi tão silenciada.” (DUARTE, 2020)

A intenção de ir contra o memoricídio feminino significa negar ou desconfiar do discurso de cunho patriarcal, que procura eliminar a participação das mulheres na história da humanidade. Cabo Verde foi um país por muitos anos controlado por uma nação de cunho hegemônico e, conseqüentemente, aderiu em seu sistema mecanismos da dominação eurocêntrica e patriarcal. Essa pode ser uma das razões para que tenha ocorrido o apagamento da participação feminina na guerra colonial.

Esse romance apresenta uma mulher atuando no PAIGC e nas atividades desenvolvidas pelo partido para dar fim ao colonialismo português na Guiné em Cabo Verde. Segundo Coutinho (2020), de modo representativo e sucinto, é possível apresentar a profunda atividade desenvolvida pelos militantes do partido (PAIGC), **dividindo-a em quatro principais pontos de atuações**. *AC* retrata essas quatro frentes de ações por meio da vida da protagonista, Marina, em Mindelo (cidade da ilha de São Vicente, em Cabo-Verde), em Lisboa (capital de Portugal), em Estocolmo (capital da Suécia) e em Conakri (Capital da Guiné).

Segundo a doutora Benoliel Coutinho (2020), **o primeiro ponto de atuação** do partido contra o regime colonial foi realizado de forma clandestina dos anos de 1956 a 1960, e seus fundadores desenvolveram diferentes ações agressivas contra o sistema colonial. Por isso, inúmeros militantes e nacionalistas tiveram que encarar a rigorosa polícia política da ditadura do Estado Novo, a PIDE/DGS, período em que várias pessoas foram presas, torturadas e mortas.

Essa situação é exemplificada no início do romance, quando ocorre a prisão de Pedro (namorado da protagonista Marina). Veja-se:

Outras prisões se lhe seguiram. Começou então a série infindável de interrogatórios, buscas, perseguições dentro e fora das prisões. Ninguém sabia ao certo que se passava, mas toda a gente comentava a boca pequena sobre os interrogatórios que eram acompanhados de bofetões e pontapés, palmatoriadas até sangrar, tortura de sono e estátua, de delações e de novas prisões (DUARTE, 2012, p. 31).

No dia seguinte ao ir para o Liceu e tomar conhecimento dos panfletos que tinham aparecido de madrugada, Marina teve a certeza que Pedro se encontrava entre os panfletistas e os que tinham pichando as paredes do Liceu e outros edifícios com dizeres “Abaixo o governo colonial” e “Morra Salazar” (DUARTE, p.33, 2012).

Em 1960, de acordo com o ponto de vista cronológico, aconteceu **o segundo ponto de atuação** do movimento. Nesse momento, o partido desenvolveu uma acentuada atividade diplomática, alcançando apoio de alguns países africanos já independentes, dos quais se destacam a “República da Guiné – Conakry, onde a sua sede foi instalada, e o Senegal. Em

seguida, conseguiu o apoio da China e de vários estados do então bloco socialista. Por fim, de notar o apoio de estados escandinavos dos quais se destaca a Suécia” (COUTINHO, 2020 p.4).

O apoio desses países é apresentado na obra de forma indireta pelos lugares em que a protagonista viveu quando estava longe de sua terra natal. No período em que viveu em Lisboa, participou de coletivos na faculdade e se envolveu em uma célula clandestina do PAIGC cujo grupo era composto por três estudantes e um trabalhador, todos cabo-verdianos, que residiam na capital portuguesa. Por meio desse grupo, a personagem principal foi morar em Estocolmo. Marina estava indo para esse país grávida de sua filha Djamilá, fruto de uma relação amorosa e intelectual que teve com um nacionalista angolano chamado Dauto. No período em que residiu nesse país europeu, a personagem principal teve uma vida bastante confortável, embora soubesse que não poderia ficar por muito tempo recebendo asilo político na Suécia, porque deveria ir para Guiné-Conakry, para participar da linha de frente do movimento político.

De acordo com Coutinho (2020), as mulheres cabo-verdianas estavam ligadas direta e indiretamente à luta contra a colonização portuguesa, uma vez que desempenhavam diferentes funções, como estar na linha de frente no combate colonial como “guerrilheiras”, atuar como enfermeiras dos combatentes feridos e atuar (as que possuíam instrução para tal) na educação das crianças e dos adolescentes nos espaços de resistências. Marina representa as mulheres que foram para linha de frente em Conakry, dando apoio à resistência, ensinando e cuidando das crianças que ficaram órfãs devido à guerra colonial:

Apesar de todas as dificuldades encontradas e de Conakry lhe parecer a Ribeira Bote de antigamente, Marina nunca se sentirá tão realizada.

Professora no internato para crianças órfãs e traumatizados da guerra, que depois passou a Jardim Escola, ela fazia tudo por aqueles meninos a quem não só ensinava o bê-á-bá como catava piolhos e limpava o ranho do nariz. Ela sabia que de lá eles iriam para Escola Piloto e vivia na emoção de estar a ajudar a preparar um mundo novo através desses futuros homens e mulheres. (DUARTE, 2012, p. 51)

Já no ano de 1963, Coutinho destaca o **terceiro ponto de atuação**, com um conflito armado no dia 23 de fevereiro daquele mesmo ano, “com um célebre ataque ao Quartel de Tite, no sul da Guiné-Bissau. A direção do PAIGC reivindicava ter conseguido dominar cerca de dois terços do território da atual Guiné-Bissau, em 1968/69, sobretudo no Sul” (COUTINHO, 2020, p. 4).

O **quarto ponto de atuação** do partido ocorreu com a criação de “novas estruturas sociais nos territórios dominados pelo PAIGC, chamados “regiões libertadas”, a partir de 1964, quando da realização do 1º Congresso do Partido, em Cassacá, no território da atual Guiné-Bissau” (COUTINHO, 2020, p. 4). A gestão do partido fomentou uma revolução sociopolítica

por meio da elaboração de uma nova organização administrativa destes territórios, “assim como da criação de um novo sistema judicial, de saúde, educativo e económico, que lhe arranhou muito prestígio a nível internacional” (MUSTAFAH DHADA, 1993, *apud* COUTINHO 2020, p.8).

Após essa conquista, “em 1972 procedeu-se à eleição de uma Assembleia Nacional Popular pela população residente nas “regiões libertadas”. A criação deste órgão foi fundamental na vida política da população, pois preparou a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau (COUTINHO, 2020, p. 4). Contudo, foi somente no dia 24 de setembro de 1973 – alguns meses depois da morte física do líder Amílcar Cabral, falecido em janeiro de 1973 em Conakry – que Guiné-Bissau foi reconhecido como um país independente:

Marina nunca tinha visto tantos homens amarfanhados, revoltados deitados no chão a chorarem a perda de uma pessoa. A morte de Cabral trazia uma total insegurança sobre a continuação da luta, sobretudo para Cabo Verde.
Todos os cabo-verdianos que tinham ido para a luta tinham como objetivo a maior libertar Cabo- Verde e, afinal, ainda nada tinha conseguido. O que se passaria a seguir? (DUARTE, 2012, p.51 e 52)

Essa situação apresentada acima mostra que a morte de Cabral e a independência da Guiné Bissau também são retratadas no romance quando Marina ainda estava morando em Conakry para ajudar na linha de frente da luta por libertação. A morte de Amílcar Cabral representou, inicialmente, um momento de insegurança para as pessoas que estavam na luta pela independência, porque ele era considerado um herói, mas, de repente, surgiu um fenômeno incrível: “Todos os combatentes pegaram na morte de Cabral e transformaram-no em esperança e em certeza. (...). Cada combatente se tornou um Cabral, para que a sua luta não tivesse sido em vão, não tivesse sido em ingloria” (DUARTE, 2012, p.82). Os colonialistas assassinaram fisicamente Amílcar Cabral, líder do movimento de libertação da Guiné/ Cabo Verde, porém não conseguiram evitar a onda de liberdade que foi gerada nos espíritos dessas sociedades africanas.

Contudo, em 25 de abril de 1974, Portugal e as colônias na África saíram do regime ditatorial após anos de guerras e lutas por libertação: “As cinco colônias que tinha em África tornaram-se independentes, pois a própria Guiné-Bissau, que fora o primeiro Estado a proclamar a sua independência um ano antes do 25 de abril, só depois viu o seu território completamente desocupado” (DUARTE, 2012, p.53). Com o término da ditadura e do colonialismo tiveram fim as perseguições, as “censuras e, sobretudo, acabaram-se as guerras coloniais” (DUARTE, 2012, p.53).

Em resumo, esse romance representa as atuações do PAIGC através da perspectiva de uma militante cabo-verdiana que estava inserida na luta por libertação de sua nação. Esse livro traz a luta contra o sistema colonial e por independência, o compromisso político que figura entre os fatos mais marcantes da história de Cabo Verde e de Guiné Bissau. Então, no decorrer do enredo são apresentadas as reflexões de Marina, as suas concepções de mundo que dizem respeito à história de resistência das ilhas e sobre a situação social de marginalização das mulheres na sociedade colonial, bem como as formas que os cabo-verdianos, independentemente do gênero, faziam para lutar contra o colonialismo de forma clandestina no intuito de não serem torturados e mandados para as lavouras de São Tomé pelo governo português.

Essa concepção crítica sobre a história das ilhas cabo-verdianas é um movimento inovador, porque, no campo da literatura, as personagens femininas não costumam aparecer em posições de protagonismo, muito menos são representadas como figuras históricas e de resistência. Geralmente cabem a essas mulheres papéis secundários, simbolizados pela ausência de voz no corpo social ao qual pertencem. Como apontado pela pesquisadora Norma Sueli Rosa Lima (2021), em artigo intitulado *A crônica crioula de Vera Duarte*, são as mulheres que ocupam a posição inicial na construção da vida cultural da sociedade, uma vez que são elas as que, primeiramente, ocupam-se da educação dos filhos, transmitindo-lhes as tradições de Cabo Verde. Mesmo assim, até não muito tempo, era notório o apagamento dessas figuras.

É inegável, portanto, que AC apresenta uma reescrita sob a história, reformula o discurso historiográfico e revisa o que ocorreu no passado, concedendo uma nova espessura ideológica dos fatos transcorridos, destacando significados alternativos ou divergentes, e acontecimentos pregressos nos quais o ponto de vista do subalterno feminino revolucionário é evidenciado, principalmente através da vida da protagonista. Sendo assim, o romance abordado requalifica o lugar do subalterno na dialética da colonização portuguesa na África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa pesquisa, pode-se constatar que AC não pode ser intitulado apenas como um romance histórico ou histórico pós-moderno, porque não se adequa de modo perfeito nessa designação, uma vez que representa um texto de origem Africana. Além disso, o livro em questão apresenta-se por meio de uma perspectiva com base no conceito de decolonialidade porque narra o passado histórico de Cabo Verde através da ótica dos indivíduos que tiveram suas vozes – e, por consequência, suas identidades – espoliadas pelo colonialismo português.

Diante do que foi exposto nesse trabalho, compreende-se que os romances históricos pós-coloniais possuem uma perspectiva extremamente crítica sobre a história e, desse modo, apresentam releituras sobre a colonização, pois a obra analisada apresenta uma reinterpretação da luta por libertação através do ponto de vista de uma mulher mestiça que se integrou ao PAIGC.

Nesse contexto, a protagonista de AC representa as cabo-verdianas que lutaram direta e indiretamente no processo de independência de seu país, mas que, por razões históricas e culturais que não se cingem somente ao arquipélago – como o machismo e o patriarcado – tiveram sua participação nessa luta totalmente apagada, como se não tivesse ocorrido. Essa narrativa, ao retratar a vida da personagem principal, demonstra-a atuando e refletindo sobre a luta por libertação de sua nação e sobre a sua condição de um indivíduo do gênero feminino vivendo em uma sociedade baseada no patriarcado e consciente das implicações que isso tem em sua vida e na de outros indivíduos que costumavam/costumam ficar à margem.

A escritora Vera Duarte, ao fazer tal releitura sobre a história de Cabo Verde, teve por objetivo o compromisso de combater o apagamento que foi realizado sobre a participação das mulheres na construção das sociedades africanas. Por essa razão, criou uma obra literária que destacou a guerra colonial sob a ótica do gênero feminino, impedindo, desse modo, um memoricídio. Tal autora, ao ir contra essa ocultação da história, negou o discurso “patriarcalista”, que procura eliminar a participação das mulheres na história da humanidade, independentemente do século ou sociedade em que se faz presente.

Em meio a essa escrita revolucionária para a Literatura Africana – por ser de cunho decolonial e visar à remoção do véu posto sob a participação feminina tanto na luta por independência, quanto na própria constituição da sociedade cabo-verdiana em lugares diferentes do ambiente doméstico, local ao qual a figura feminina costuma ser relegada em sociedades de ranço patriarcal –, Duarte toma como mote dois temas de suma importância: a

pauta feminina e o papel da educação. A educação em AC mostra-se como um elemento gerador de pensamentos críticos, pois a protagonista desse romance conseguiu enxergar os problemas do sistema colonial graças ao seu tio/professor Joaozinho, que a incentivava a ler e a estudar o passado das ilhas que não era contado na história oficial do país (que estava sob domínio da Metrópole portuguesa). Sendo assim, a educação que a protagonista obteve de forma clandestina ao longo da vida a despertou para a luta, que contribuiu para que ela se tornasse uma militante do PAIGC, culminando em seu convite para tornar-se a primeira mulher candidata à presidência de Cabo Verde. O “simples” fato de alçar uma personagem do gênero feminino, mesmo que fictícia, à posição maior na hierarquia política de um país pode ser encarado como demonstração do comprometimento da autora com a questão feminina tanto na constituição daquela sociedade quanto na literatura.

Portanto, essa obra não é somente um resgate da memória da guerra colonial e da participação das mulheres como militantes do PAIGC, uma vez que são apresentados outros elementos que circundam a sociedade cabo-verdiana, como a educação, a representação da identidade mestiça, a diáspora, a criouliidade inerente à sociedade cabo-verdiana. Ou seja, é uma obra literária que não mediu esforços para conciliar os princípios do PAIGC e a história sócio-política da pátria-arquipélago aliada à ficção.

REFERÊNCIAS

ACCORNERO, Guya. *Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*. 2009. 350f. Tese (Doutorado), Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2009.

ANDRADE, Renan de Miranda. *Literatura cabo-verdiana: a identidade cultural em obras literárias da segunda metade do século XX*. 2018. 76f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras, Mariana, 2018.

ANJOS, José Carlos Gomes. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 3, ano 25, p. 579-596, 2003.

ALBERNAZ, Lady Selma; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente*, Recife, n. 2, vol. 8, p. 11;195, jul., 2009. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educacao_o.pdf/fdda0d28-41f4-4145-bb34-e0013193a9cb. Acesso em: 5 out. 2021.

ALAVARCE, CS. *A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 208 p. ISBN 978-85- 7983-025-9.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. SANKOFA. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* (Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política), São Paulo, n. XII, ano VI, dez., 2013.

BERGAMO, Edvaldo A. Romance histórico pós-colonial? A narração da presença portuguesa nos trópicos em desmundo, de Ana Miranda. *Estudos de Literatura Brasileira em Portugal: Travessias*, p. 147-157, Universidade de Brasília, [2010].

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENEVENUTO, Aparecida de Fátima Bosco. Nações em trânsito em A árvore das palavras e A candidata: Moçambique - Cabo Verde. São Paulo: USP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BOTOSO, Altamir. Romance histórico e pós-modernidade. *Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*, Brasília, n. ½, vol 3, ano III, p. 37-47, dez., 2010.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1989.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, vol. 28, p. 01-13, 2020.

CARVALHO, Gleiciane Brandão. *A participação das mulheres na construção da história de Cabo Verde*. 2018. 36f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares. *Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde*. 2014. 91f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/122090>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CASTRO, Mariana Porto de Oliveira. *Suicídio e família: concepção de psicólogos e psiquiatras*. 2005. 107f. Monografia (Psicologia). UniCEUB, Brasília, 2005.

DUARTE, Vera. *A Candidata*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de Expressão Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. Pichações: discursos de resistência conforme Foucault. *Acta Scientiarum*. Language and Culture, Maringá, n.2, vol. 33, p. 241-249, 2011.

FORTES, Celeste. “Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. *Anuário Antropológico/2014*, Brasília, UnB, 2015a, vol. 40, n. 2, p. 151-172.

FORTES, Celeste. As vendedeiras de Cabo Verde: circulação de produtos, informalidade e mulheres no espaço público de Cabo Verde. In: LOPES, José Rogério (Org.). *Visagens de Cabo Verde: Ensaios de Antropologia Visual e outros ensaios*. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2015b. p.101-121.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FURTADO, Cláudio Alves. *Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 45, 2012. DOI: 10.9771/aa.v0i45.21253, 10 jan. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21253>>.

GOMES, Simone Caputo. *Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993.

GOMES, Simone Caputo. Cabo Verde: a escritura de autoria feminina ou um outro olhar sobre o arquipélago. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência*, Lisboa, p. 21-23, junho 2012. Disponível em: <<https://coloquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p04c03-simone-caputo-gomes.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

GOMES, S. C. *Cabo Verde: literatura em chão de cultura*. São Paulo: Ateliê, 2008.

GOMES, Simone Caputo. O arquipélago “literopintado”: escritura literária de autoria feminina em Cabo Verde. *Scripta*, Belo Horizonte, n.27, vol. 14, p. 93-103, dez., 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4330>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

GOMES, Simone Caputo. LITEROPINTAR CABO VERDE: A CRIAÇÃO DE AUTORIA FEMININA. *Revista Crioula*, [S. l.], n. 3, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/53909>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

GOMES, Simone Caputo. Óleo sobre tela: mulher com paisagem ao fundo (a prosa literária de autoria feminina em Cabo Verde). *ANPOLL*, p. 01-05, 2002. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ANPOLL_2002/arquivos/pdf/001_mulher_literatura/simone_gomes.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

LIMA, Matheus Henrique da Silva. *A Casa do Estudante do Império (CEI) e a poesia nas lutas anticoloniais (1944 – 1965)*. 2019. 64f. Monografia – Universidade Rural Federal de Pernambuco, Departamento de Graduação em História, Recife, 2019.

LIMA, Norma Sueli Rosa. *Revisitando Claridade: o encantamento da poesia cabo-verdiana com o Modernismo brasileiro*. 2000. 212f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

LIMA, Norma Sueli Rosa. “Literatura cabo-verdiana em trânsito”. *Soletras*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 38, p. 339-362, 2019.

LIMA, Rosa Norma Sueli. *Claridade revista (2000-2013) LiterÁfricas*, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/literAfricas/Literatura-Cabo-verdiana/NormaLima4.pdf>>.

LIMA, Norma Sueli Rosa. "Desassossegos & acalantos: os microcontos de Vera Duarte". In; LUGARINHO, Mário César; LIMA, Norma Sueli Rosa (Org.) *Rotas das Literaturas africanas de língua portuguesa*. Curitiba: CRV, 2022.

LIMA, Norma Sueli Rosa. Estórias do Boi Blimundo, de Cabo Verde: Liberdade e Diversidade. *Revista Mulemba*, vol. 13, n. 24, p. 57-72, 2021b. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/41028/25183>>. Acesso em: 2 jul. 2022.

LIMA, Norma Sueli Rosa. A crônica crioula de Vera Duarte. *Via Atlântica*, vol. 1, n. 39, p. 298-325, 2021a. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/174535>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MADEIRA, João Paulo Carvalho e Branco. *Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde*. 2015. 241f. Dissertação – Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2015.

MALLOT, Curry. Como Amílcar Cabral inspirou a pedagogia de Paulo Freire. Tradução de Cauê Seignemartin Ameni. 1ª ed. São Paulo: *Revista Jacobin BRASIL*, 2021.

MIRANDA, Antonio. *Vera Duarte*. Antonio Miranda, set. 2009. Disponível em: <http://www.antonimiranda.com.br/poesia_africana/cabo_verde/vera_duarte.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MOURA, Alcides Fernandes da. O sistema educativo cabo-verdiano nas suas coordenadas socio-históricas. *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá, vol. 16, n. 1, p. 79-109, jan./abr., 2016.

NÓS GENTI. *Vera Duarte – Por grandes causas, pela vida e pelas pessoas*. Nós Genti, 2012. Disponível em: <<https://nosgenti.com/vera-duarte-por-grandes-causas-pela-vida-e-pelas-pessoas/>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce C. (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

PEREIRA. A Daniel. Das relações históricas de Cabo Verde/Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PEREIRA, Érica Antunes. Vera Duarte: A mulher cabo-verdiana é uma personagem interessante. *Mulemba*, Rio de Janeiro (UFRJ), n. 4, p. 65-80, jul. 2011.

PEREIRA, José Maria Nunes. Mario P. de Andrade e o Luso Tropicalismo. In: BELLUCCI, Beluce (Org.). *Congresso ALADAA. Ásia e África face a Globalização*. Rio de Janeiro: UCAM, 1990, vol. , p. 137-154.

PEREIRA, Marcos Paulo T.; SILVA, Natalí Fabiana da Costa; LIMA, Francisco Wellington Rodrigues; MOREIRA, Kássio. *Pós-colonialismo e literatura: Questões identitárias nos países africanos de língua oficial portuguesa*. Macapá: UNIFAP, 2017.

RIBEIRO, Rejane de Almeida. *O pós-moderno e a relação entre literatura e história em “Running Dog”, de Don Delillo*. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2009.

SALES. Mirelly de Paula. *Memoricídio: a destruição dos livros e das bibliotecas*. Dissertação (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTIAGO, Denise; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. *A construção do Espaço Político Feminino em A Candidata de Vera Duarte*. Interdisciplinar: Revista de Estudos de língua e Literatura. Universidade Federal de Sergipe, Ano XI, v.25, maio/ago. 2016, p. 43-59. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/5747/4751>>.

SANTOS, Antônio Carlos Oliveira. *Eugênio Tavares: poesia e convenção romântica*. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Estudos comparados de literaturas de Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, José Eduardo Garcia dos. *Análise do sistema educativo cabo-verdiano no período colonial* (dos meados do século XVI aos meados do século XX antes da independência). 2017. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/633/1/2017_mono_jsantos.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

SANTOS, Thaynara dos. *A história do feminismo no continente africano*. Dois níveis, 2021. Disponível em: <<https://www.doisniveis.com/2n-mulheres/a-historia-do-feminismo-no-continente-africano/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SOUZA, Flávia Bello. *Consequência emocionais de um episódio de estupro na vida de mulheres adultas*. São Paulo. 2013. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

TEDESCHI, Losandro Antonio *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

VEIGA, Manuel (Coord.). *Cabo Verde: insularidade e literatura*. Paris: Éditions Karthala, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reinvidicação dos direitos da mulher*. 1ª.ed. São Paulo: Lafonte, 2021.